

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e um realizou-se a Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Flávio Lewgov** e **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representantes, Titular e Suplente, da AGAPAN; **Sr. Arno Leandro Kayzer**, Representante Titular do Movimento Roessler; **Sr. Fábio Silveira Vilella** e **Sra. Maria de Fátima M. Santos**, Representantes, Titular e Suplente, do CLEPEI; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Titular do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sra. Dilma Vana Rousseff**, Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Eberson José Thimmig Silveira** e **Sr. Ibanês César Cássel**, Representantes da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Leonardo A. Beroldt**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Mario Wrege**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Sra. Vanessa Marx**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Cap. Alberto W. Becker**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Jackson Müller**, Representante Suplente da FAMURS; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DEFAP; **Sra. Denise Maria Mazzocco**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular de Instituição Universidade Privada; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo; **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**, Secretário de Meio Ambiente e Presidente deste Conselho. Participaram também: a Sra. Maria Dolores Pineda, Diretora Técnica da FEPAM, Sra. Iara F. Velasques, da FEPAM; Sr. Alex Neves Strey, MRS, Estudos Ambientais Ltda; Sra. Lúcia Ortiz, Núcleo Amigos da Terra/Brasil; Sr. Sérgio Cardoso, Comitê Gravataf; Sr. Roberto Villas, Secretaria Executiva do Pró-Guaíba; Sra. Vanete Farias Lopes, Sra. Rejane Ludwig e Sra. Sandra Jussara Mendes Ribeiro, da AGAPAN; Sr. Volney Zanardi Jr., da DRH/SEMA, Sr. Gustavo de Moraes Trindade, Assessoria Jurídica/SEMA; Sr. Cristiano Machado Silveira, CLEPEI; Sr. José Lourival Magri e Sr. Paulo Roberto Juliano, da GERASUL. Após a assinatura do Livro de Presenças, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. **Sr. Presidente:** boa-tarde a todos. Em primeiro lugar quero saudar a presença de todos os Conselheiros do CONSEMA, em especial a participação da Secretária de Minas e Energia, companheira Dilma Rousseff, que está aqui hoje conosco, em função do assunto que temos em pauta, Secretaria que está sempre presente no nosso Conselho. Comunicações: o CEA comunicando a impossibilidade de comparecimento devido a envolvimento da Entidade na organização do 22º Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, que será nos dias 04, 05 e 06 de maio em Pelotas. A Secretária de Cultura que comunica a impossibilidade de estar presente nesta reunião. A FARSUL, comunicando, por seu Conselho Titular José Lauro de Quadros, que devido a um compromisso imprevisto surgido na última hora, deixa de comparecer a esta reunião do CONSEMA. Ordem do Dia: **01 – Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 02 – Política Energética do Estado do Rio Grande do Sul; 03 – Apresentação dos trabalhos da Comissão Eleitoral referente a eleição da Presidente do CONSEMA; 04 – Assuntos Gerais.** Antes de apreciar a Ordem do Dia, também em forma de comunicação, para posterior avaliação, comunicamos o recebimento de um Ofício da FAMURS/CONDIMA, que diz o seguinte: “Diante da demanda crescente de Municípios que ingressaram na SEMA com pedido de habilitação para assumirem a gestão local do meio ambiente (Resolução 04/2000) vimos, pelo presente, solicitar a V.Exa. o que segue: 1 – Convocação de uma reunião extraordinária do CONSEMA para discussão e votação dos pareceres de habilitação dos Municípios; 2 – Prorrogação de 180 dias no prazo de entrega dos Planos Municipais de Meio Ambiente previstos na Resolução 11/2000. Certos da acolhida de V.Exa. e do Plenário deste Conselho, desde já agradecemos”. Na avaliação das reuniões posteriores, ainda nesta reunião, teremos como avaliar esta proposição da FAMURS. Nós vamos fazer uma proposição para apreciação dos Conselheiros de que excluíssemos da Ordem do Dia a aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária, procedente a apreciação desta Ata na próxima reunião, de maneira que pudéssemos passar, de imediato, ao ponto central da reunião de hoje, aproveitando aqui a disponibilidade de agenda da Secretária de Minas, Energia e Comunicações. Então, estamos propondo alteração da Ordem do Dia, deixando a aprovação da Ata para a próxima reunião e mantendo dois pontos de pauta: **02 – Política Energética do Estado do Rio Grande do Sul; 03 – Apresentação dos trabalhos da Comissão Eleitoral referente a eleição da Presidência do CONSEMA.** Alguma observação, alguma contrariedade a esta proposição? Então, passaremos, de imediato, ao primeiro ponto da pauta, não sem antes registrar aqui a importância de que nós tenhamos *quorum* para apreciação do segundo tema, pois temos diante de um impasse institucional. A deliberação do Plenário deste Conselho na reunião passada de tratar deste assunto, num segundo momento, da pauta da reunião passada, fez com que nós não pudéssemos deliberar sobre este assunto em função da inexistência de *quorum*. A Comissão Eleitoral constituída pelo Conselho já teve o seu mandato vencido, portanto, não só tivemos a aprovação do processo proposto pela Comissão Eleitoral, como desde o dia 05 último estamos sem Comissão Eleitoral. E se nós não deliberarmos sobre isso hoje ficaremos na iminência de termos de convocar uma reunião extraordinária só para essa deliberação, renovar ou reconstituir a Comissão Eleitoral, e a partir daí aprovar o processo de realização da Presidência do Conselho. Quero fazer já no início um apelo aos senhores Conselheiros para que nós façamos um esforço no sentido de que tenhamos *quorum* para deliberação deste segundo item da nossa pauta. Esse ponto Política Energética do Rio

60 Grande do Sul foi sugerido por vários membros desse Conselho, várias instituições aqui presentes, e ele tem perpassado  
61 assuntos pontuais que têm sido trazidos ao Conselho, principalmente referentes a licenciamentos ambientais. Por conta  
62 disso, o próprio Pleno deste Conselho entendeu que seria necessária uma avaliação, uma reflexão estratégica sobre a  
63 Política Energética do Estado do Rio Grande do Sul. Por isso convidamos a Secretária Dilma para estar presente nesta  
64 reunião e vamos trabalhar com uma apresentação preliminar do assunto, por parte da Secretária, que deverá levar cerca  
65 de 40 a 45 minutos, e partir daí, nós abriremos então para esclarecimentos e opiniões do Plenário. De imediato,  
66 agradecendo a sua presença, Secretária, passo a palavra à Secretária Dilma. **Sra. Dilma Vana Rousseff:** Queria  
67 agradecer o convite do CONSEMA e dizer que, do ponto de vista da Secretaria de Energia, essa relação entre estas duas  
68 instituições, entre o Conselho Estadual de Política Energética, onde a Secretaria de Meio Ambiente e a FEPAM têm  
69 assento, e a Secretaria de Energia, essas duas instituições e o CONSEMA, é muito importante porque eu acho que faz  
70 parte de um projeto de desenvolvimento que não seja excluyente, nem do ponto de vista do social, e que seja incluyente  
71 do ponto de vista ambiental, a avaliação dos impactos da energia sobre o meio ambiente. Então, agradeço ao Langone,  
72 ao Nilvo e a todos vocês a atenção que me dão neste momento. E vou passar, pois peço desculpa, mas é um tema  
73 bastante amplo. É impossível explicar o que está acontecendo aqui sem tocar na questão do País, então, peço a  
74 compreensão de vocês. Do nosso ponto de vista, a energia elétrica ainda é um insumo indispensável, insubstituível na  
75 nossa sociedade. Porque a gente pode conceber, num determinado futuro, em que não seja bem sobre a forma de energia  
76 elétrica que nós consumamos energia. Mas enquanto for, essa é uma realidade. E a gente tem de perceber que a  
77 produção da energia elétrica é inviável, em larga escala, com zero de impacto ambiental. Então, temos de reconhecer  
78 que algum impacto ambiental terá. Daí porque é fundamental que se definam políticas, tanto na área de energia, quanto  
79 na área ambiental no sentido de verificar quais são aqueles impactos que são os menores possíveis, e produzirão  
80 menores danos ao conjunto da sociedade e da natureza. E vou começar a minha palestra dando um quadro da situação  
81 nacional da energia elétrica, até porque, dificilmente, pelo menos no nosso horizonte, nos próximos dez anos, que é o  
82 meu horizonte hoje aqui, nós teremos condições de pensar um desenvolvimento estritamente regionalizado para a  
83 energia elétrica. Pode ser isso o futuro. Atualmente, não é. Então, vou começar do cenário nacional. É importante  
84 assinalar que nós dispomos, o País dispõe de um parque gerador de 72.249 MW. É importante também perceber que  
85 nesses 72.249 MW estou incluindo tudo que é Itaipu, e não estou fazendo a divisão 50, 50. Então, 72.249 MW, 91% são  
86 de usinas hidrelétricas e isso exige uma relação, entre as diferentes regiões, de 67.000 Km de rede e essas redes são  
87 maiores ou iguais, e estas redes aos quais me refiro, são 67.000 Km são maiores ou iguais a 230 KW, ou seja, são redes  
88 de alta tensão. E a única parte do sistema que não está interligada hoje é a região norte da Amazônia. O resto está tudo  
89 interligado, e como é um sistema hidrelétrico com rede de transmissão, entre as regiões, entre os Estados e entre  
90 localidades é possível supor que hajam restrições de transmissão. E restrições de transmissão levam necessariamente,  
91 quando você tem, elas ocorrem, seria impossível transmitir energia para aquelas regiões pensando um sistema  
92 interconectado. Então, estratégica a questão da transmissão, coisa que sempre foi relegada, e que agora emerge com  
93 muita força no Brasil. As características do sistema hidrelétrico brasileiro, que dominam 91% ao abastecimento são as  
94 seguintes: o mercado é crescente, ou seja, em qualquer circunstância, mesmo quando PIB não cresce o mercado cresce.  
95 E há regiões ainda, na maioria dos Estados, grandes bolsões desabastecidos, tanto no que se refere a população rural,  
96 como ao que se refere à população urbana. O sistema como é baseado na hidroeletricidade é extremamente dependente  
97 de chuva. E essa dependência de chuva implica num modelo de reservatórios plurianuais de regularização. Ao mesmo  
98 tempo, dada uma bacia, existe interdependência entre as diferentes usinas, na medida que estão a usantes, outras estão a  
99 montante e que a água é uma só. Existem decisões operativas tomadas hoje com conseqüências no longo prazo, por  
100 afetarem o nível dos reservatórios. E dado o múltiplo uso das águas esse afetar não significa, pura e simplesmente, afetar  
101 energia elétrica, mais afetar navegabilidade, irrigação, uso humano, etc. E o sistema de transmissão é um elemento que é  
102 de difícil visualização pelo conjunto da sociedade, mas ele tem um impacto decisivo na disponibilidade energética. E ele  
103 define as distribuições de energia pelas regiões num sistema interligado. Esse sistema está sendo objeto de um processo  
104 de desregulamentação. Então, também por trás disso tenho de pensar o seguinte: é este sistema, com este nível de  
105 interligação, que funciona otimizado estruturalmente, que está sendo objeto, portanto, de um processo de privatização.  
106 Aquela primeira característica, no caso do Brasil aqui fica visível. O crescimento do PIB descolado do crescimento do  
107 consumo. Vocês vejam o consumo em azul, ele cresce, de uma certa forma, quase independentemente do crescimento do  
108 PIB. E a suposições, mantidas estas taxas de crescimento médias, são da necessidade de acrescentar em torno de 3600  
109 MW, cálculo da ELETROBRAS. No Rio Grande do Sul é a mais ou menos a mesma característica, pois você um  
110 crescimento do PIB absolutamente diferente do que dá curva de crescimento de consumo em azul. Vocês vêem que a  
111 curva de crescimento em azul, de uma certa forma em atraso, ela acompanha só o movimento, mas não o nível, ou seja,  
112 a conclusão é a seguinte: cresce o consumo de energia em que pese o aumento, a diminuição e até o crescimento  
113 negativo do PIB. E isso pode refletir em problema de eficiência, tanto nas duas curvas, um problema de uso ineficiente  
114 da energia, de uso menos eficiente da energia, como também, e ao mesmo tempo, mercados não maduros, mercados em  
115 expansão. O que houve neste quadro institucional? Esses são os investimentos que ocorreram no setor de energia  
116 elétrica no período 80-2000, nos últimos 20 anos. E por eles o que se vê é o seguinte: você vem de um patamar entre  
117 8,5, 10 bilhões para um patamar de 4,5 até menos nos anos 90. E tem um decréscimo violento nos investimentos. O  
118 patamar dos investimentos muda e não recupera. E eu assinalo que 2000, 99, 98 é investimento previsto, e não temos

119 acesso ao realizado. Então, isso pode ser menor do que está aqui. E eu suponho que seja, porque eu acho que esse  
120 declínio acentuado no perfil dos investimentos que explica a crise que nós estamos em vias de entrar. Os motivos mais  
121 alegados para as dificuldades de investimentos estão nas dificuldades de financiamentos internacionais e elevadas taxas  
122 de juros internas praticadas no Brasil, no problema da necessidade a lógica mudou, a lógica privada implica que você  
123 tenha necessariamente uma certa escassez de demanda prévia para depois você ter um investimento. Antes, como é que  
124 funcionava? Antes o Estado vinha e a oferta, ou seja, a oferta de energia elétrica se dava na frente da demanda. E hoje é  
125 preciso ter uma certa escassez relativa vira uma demanda de energia e, em cima dessa demanda ocorre o investimento.  
126 E, ao mesmo tempo, antes você determinava, ELETROBRAS, GCOI ou GCPS determinavam a distribuidora tal e a  
127 empresa de geração tal que devem fazer este investimento e tinha um programa de investimento, um planejamento. Esse  
128 planejamento que era determinado que a empresa que não fizesse tinha uma certa penalidade, passou a ser simplesmente  
129 indicativo. E como indicativo, pela ótica privada, os investimentos precisam de ter assegurado um retorno e certas  
130 garantias para que ele se verifique. Então, aconteceu que como os investimentos não foram realizados, tinha de se tirar  
131 energia de algum lugar para abastecer a demanda crescente, quer dizer, mercado emergente, não somos a Inglaterra que  
132 é mercado vegetativo de crescimento de energia. Acontece que os reservatórios, que foram concebidos para serem  
133 reservatórios de regularização, ou seja, que transferiam os picos de chuva para os abismos de seca, e esses reservatórios  
134 foram usados com uma certa intensidade. Eles que eram uma reserva, portanto, eram segurança, foram usados em  
135 substituição, num sistema absolutamente hídrico, a falta de entrada de megawatts ou de linha de transmissão. Isso  
136 explica esse comportamento dessas curvas aqui. E aqui estão as curvas do sudeste, as curvas de armazenamento do  
137 sudeste, do reservatório equivalente, ou seja, aqui nós estamos vendo a curva de cheia e de esvaziamento equivalente,  
138 um reservatório médio do sudeste nos anos 97, em verde, 98, 99, 2000 e 2001 a curva em preto. E por que está reta  
139 aqui? Está para explicar abril, que é o que estamos vivendo hoje. Lá no sudeste o período de seca começa em abril e vai  
140 até outubro com período de transição, que se considera de outubro a dezembro. Aí começa, novamente, a cheia e  
141 sucessivamente. Esses reservatórios, como disse, eram plurianuais, eles regularizavam reservatórios plurianualmente.  
142 Tradicionalmente, ter-se-ia a cada fim de período de chuva, final de abril, 30 de abril, ter-se-ia de ter, teoricamente, o  
143 reservatório a 100% ou uma fração muito próxima disso, 80%, etc. O que se verifica é que hoje sistematicamente nós  
144 fomos reduzindo os níveis. E não é só uma questão de São Pedro este ano. Isso aqui reflete o uso e inexistência de  
145 investimentos, pela lógica adotada do modelo, e o fato de que o reservatório, num período acha uma seca mais pesada, e  
146 a recomposição passa a ser improvável. Por quê? Porque os 49%, o que é esta reta aqui? Se você pegar de abril, para eu  
147 não chegar no final de outubro ao nível de absoluta calamidade, tenho de estar aqui com 49% armazenado mínimo, e  
148 isso é 30 de maio, 35,3%, e hoje não estamos diferentes. Entra na internet e você vai ver isso. Portanto, essa diferença  
149 entre esta reta, que é 49% e aquele ponto projetado para 30 de abril, é o tamanho do corte e do racionamento que tem de  
150 se feito no sudeste, no centro-oeste e no nordeste. E eu trouxe só duas curvas de armazenamento: trouxe as do sudeste,  
151 é por isso que vai ter racionamento no sudeste, impreterivelmente. Qualquer conversa de racionalização é “douração de  
152 pilula”, e todo mundo sabe, a fonte disso é o INS, e todo mundo sabe que é esta a situação. Se usou demais, esse recurso  
153 que foi construído pela população brasileira com os impactos ambientais que todos nós sabemos, de barragem, de  
154 comprometimento de terras agriculturáveis, etc. E isso é uma perda de riqueza fantástica, de ter deixado os reservatórios  
155 cair a esse ponto. Esse é o mesmo modelo para a região sul. E vocês vêem que o comportamento do sul é  
156 completamente diferente, inclusive ele é bem aleatório. E vocês vêem que em 2000 o reservatório do sul está lá em  
157 92%. Então, não sofremos o mesmo processo, até porque o sistema de chuva aqui é diferente do sistema de chuva do  
158 sudeste. E vocês vêem como estava a nossa situação terrível lá no ano 2000. Mas como o sistema era interligado e tem  
159 mais disponibilidade de vir energia do sudeste para o sul, isso não levou a racionamento no passado. E nós vamos  
160 lembrar que 70% do sistema hidrelétrico no Brasil está no sudeste. Aqui estou falando no máximo de 10%. Portanto,  
161 quando se trata da questão dos reservatórios você tem uma opção. O reservatório é segurança, é para garantir energia em  
162 situação adversa, e foi assim que ele funcionou ao longo do tempo. E você tem de programar capacidade ociosa num  
163 sistema com base hídrica, porque você não controla as chuvas. O nível dos reservatórios, num determinado patamar, dá-  
164 te garantia de que você tem um abastecimento contínuo, versus a produtividade, e o que é a produtividade? Eu tenho de  
165 maximizar isso. Então, dou pau nos reservatórios. E essas são duas lógicas distintas. Uma é a ótica do interesse pública  
166 e a outra é a ótica eminentemente privada. Daí a temeridade que é gerir sistemas hídricas da ótica eminentemente  
167 privada porque justamente o reservatório implica num ônus para o conjunto do sistema, ele tem de ser mantido num  
168 determinado patamar, e obviamente não se pode querer tirar toda a lucratividade de bacia. Não se pode querer isso. Ao  
169 mesmo tempo, é bem importante a gente salientar, até porque integra a conclusão, o comportamento tarifário no Brasil.  
170 É sabido que ao longo dos anos 80 uma das formas de controle da inflação foi a manipulação dos preços públicos,  
171 tarifas, principalmente, tanto de telefonia como de energia elétrica. No caso, as tarifas, de fato, estavam muito baixas, na  
172 energia elétrica. Mas quero evidenciar que houve uma recomposição extremamente significativa a partir do dia em que  
173 foi concretizada a EXCELSA, que foi em julho de 95. E dela para cá você tem uma tarifa muito expressiva praticada  
174 aqui no Brasil. Recompôs o que tinha sido tirado, o que tinha de ser recompostos, mas nós temos tarifas, é bom que se  
175 diga, isso aqui é no site, vocês podem ir, como eu fui, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, e que dá as  
176 tarifas médias residenciais. O que nós vamos ver é que a tarifa brasileira é maior do que a tarifa do Reino Unido e dos  
177 Estados Unidos. As nossas tarifas estão em níveis muito mais altos. Daí que hoje o Brasil está num processo de círculo

178 vicioso na área de energia elétrica, que não pode. A gente não pode olhar de forma segmentada ou parcial. O círculo  
179 vicioso é o seguinte: você tem sub-investimento diante das necessidades de atendimento da população, da economia e  
180 do diabo, tem, em virtude do sub-investimento déficit de energia e tem tarifas elevadas. E aí vamos dizer que isso é em  
181 virtude do Risco Brasil? Isso é em virtude do problema do câmbio? Não, isso é a mesma coisa da Califórnia. E não dá  
182 para dizer que na Califórnia há problema cambial ou há problema de Risco Brasil. Na Califórnia você também tem sub-  
183 investimento, déficit e tarifa alta. O que eu acho é que isso é a característica determinante de um setor, como o setor de  
184 energia elétrica, que é de difícil implementação de regras de mercado porque geralmente são grandes empreendimentos  
185 controlados por poucas empresas, o que explica que o mercado tenha uma certa tendência ser oligopolista e a gerar  
186 preços de oligopólio. E, ao mesmo tempo, um mercado muito difícil porque quem está numa determinada posição às  
187 vezes tem vantagem em virtude daquelas restrições de transmissão. Pois posso estar do lado de lá da fronteira cheia de  
188 energia e não consegui botar do lado de cá no Rio Grande do Sul, porque eu não tenho linha para trazer. Então, quem  
189 está dentro do Estado com linha tem uma vantagem em relação a mim que estou do lado de fora. Isso significa que  
190 entregue as forças do mercado isso produz tarifas elevadas, como no caso da Califórnia, que hoje a tarifa prevista para a  
191 agosto de 2001 é U\$750,00 o MW. E aqui no Brasil, U\$750,00 o MW é em torno de R\$1.500,00. E nós, aqui no Brasil,  
192 a tarifa de geração da CEEE hoje é R\$32,00, que a CEEE cobra de si mesma, da AS e da ANGER. A ruptura do círculo  
193 do meu ponto de vista, e acho que é essa uma questão decisiva hoje, que isso vai ser uma grande discussão, que assume  
194 proporções e que deve perpassar, independente de partido, de posição política, é como resolver o problema deste círculo  
195 vicioso que está imposto no País. E acho que vai ser necessária a retomada do planejamento. Algum planejamento,  
196 principalmente emergencial vai ter de ser feito, porque o modelo não prevê planejamento. E acredito que tem de romper  
197 com isso, tem que começar um processo de discussão da sociedade, porque também não queremos aquele planejamento  
198 centralizado passado em que ninguém se posicionava, de um processo extremamente restrito de participação. Então, um  
199 planejamento que seja determinativo no sentido de que indique quais são hoje os pontos de absoluta ruptura do sistema.  
200 Ao mesmo tempo, há que discutir como viabilizar as obras necessárias, e isso implica em discutir as estruturas de  
201 financiamento vigentes no País. Implica em discutir como tratar a questão ambiental. Implica e discutir quais são os  
202 projetos que nos interessam. Nós vamos ficar só em grandes projetos ou vamos apostar na geração distribuída, que  
203 diminui a sua carência, por exemplo, de linha de transmissão, que eu acho que seria uma das grandes soluções. Qual é a  
204 porcentagem, qual é a participação de energia renovável aqui? Como tratar a questão deficiência energética? Tudo isso  
205 nós temos de tratar quando a gente prioriza o abastecimento. Então, priorizar o abastecimento é discutir de que modo  
206 nós queremos que o abastecimento de energia elétrica ocorra. O Governo Federal concebeu, porque isso é a crônica de  
207 uma crise anunciada. Todo mundo sabia que mais cedo ou mais tarde ela estava virando a esquina. O Governo Federal  
208 concebeu o Programa de Térmicas, e isso aqui é para mostrar a visão de expansão do setor elétrico do Governo Federal.  
209 E esse vermelho é importação da Argentina, que cresceria a importação da Argentina, aumentaria a participação do gás  
210 por meio da térmica a gás, e isso é fundamentalmente térmica a gás, e mantinha-se a hidroeletricidade. Haveria um  
211 avanço do gás, basicamente esse é o fato de ajuste, o gás. Esse programa que foi chamado de Programa Prioritária de  
212 Termoelétricas tinha 49 termoelétricas. E aí estão os motivos pelos quais o plano de atrasou, são muito técnicos. A  
213 discussão é como quem investia nesse programa, era o setor privado? A discussão era a seguinte: como é que você  
214 compra equipamento e combustível em dólar, e esse equipamento que você compra em dólar é vendido em reais, você  
215 produz energia e vende em reais. E o risco de desvalorização da moeda quem é que paga? Fica com quem? Então, esta é  
216 uma questão cambial, o problema da escassez relativa dos equipamentos, isso aqui é a crise violenta dos Estados  
217 Unidos, é a crise da Califórnia, é a crise de Nova Iorque, é a crise de todo o setor da economia americana no Pacífico. A  
218 Flórida sem energia, Nova Iorque sem energia, a cidade, o Estado, e a Califórnia com uma escassez assim e uma crise  
219 financeira também, que hoje não é só mais das empresas distribuidoras, é também do Estado da Califórnia que passou a  
220 intermediar a compra de energia no atacado. A falta de fontes de financiamento compatíveis e o problema dos PPAs,  
221 pois não fica clara a discussão nos PPAs. Sabe aquele jogo do mico preto, é quem é que fica com o mico. Ou seja, quem  
222 assume o risco dos empreendimentos. Essa é a grande discussão, e o fato que geralmente para você desenvolver um  
223 PPA, você gasta de 10 a 15%, dependendo do custo do projeto. E o fato de que o grande problema é que tudo que você  
224 não viabilizar ano a ano, o que não é possível é pensar que a inexistência de oferta de energia diminui o custo social, o  
225 custo ambiental ou qualquer custo. A termelétrica não viabilizada, aumenta a pressão sobre a oferta, aumenta os preços  
226 e aumenta as condições pouco planejadas em que você desenvolverá os projetos. Esse programa que era de 49, viçou  
227 um programa de 15, sendo que são 3 + 2, 13 novas e 2 que seriam ampliações a serem implementadas até 2001. Essas  
228 13, que vão acrescentar 2.800 MW de capacidade de geração tem computadas em todos os cálculos de crise, mesmo  
229 com elas têm crise no ano que vem no sudeste, sendo que uma delas, apenas, que é aqui no sul, que é a REFAP. Todas  
230 têm participação direta da Petrobrás, ou seja, elas não saem se a Petrobrás não funcionar ou como sócia ou  
231 e/compradora de energia, dá garantias, ou seja, o risco a Petrobrás assume. No Rio Grande do Sul, dessas 13, está  
232 previsto apenas 1, que é a REFAP, com 170 MW, que é a chamada Terma Canoas. Para este projeto do Governo  
233 Federal o preço do gás é viabilizado em U\$12, 85. É um preço subsidiado, porque hoje o preço do gás está em U\$\$3,37  
234 quando é gás importado, e um pouco menos, U\$2,40 quando é gás nacional. Dentro desse quadro nacional, o Rio  
235 Grande do Sul, ponta do sistema, tem hoje a seguinte proporção de capacidade instalada, e não significa que isso está  
236 disponível, e há uma série de problemas: em termos hidroelétricos é 1.227 MW; de térmicas é 538 MW; PCH 50 MW,

237 num total de 1.815 MW de capacidade de geração interna. Além disso, aqui estou dando outro dado, outro conceito, o  
238 conceito de demanda na carga média, o pico que nós tivemos este ano foi no dia 14-03-2001, nós consumimos, em  
239 torno das 14h, 3.945 MW, isso é dado real. E como é que nós abastecemos esta carga, de onde que ela saiu? Ela saiu da  
240 importação do resto de energia de fora do Estado. Eu importo 67% da energia, da demanda de potência. E por onde que  
241 eu importo? É muito importante a gente entender de onde eu importo. Por onde que entra? Estas duas redes aqui, o Rio  
242 Grande do Sul, até 1999, só tinha essas duas redes de transmissão, cujo ponto-vértice, este aqui, é Gravataí. E nós  
243 estávamos pendurados no sistema elétrico nacional por estas duas redes. Aí, assumimos o Governo. O corte de carga  
244 era de 500-600 MW. E nós assumimos no início de janeiro, no dia 18 de janeiro tivemos os primeiros 500 MW de corte.  
245 E 500 MW equivale a Porto Alegre fora do ar. Por quê? Por vários motivos. Um, a carga interna, que nesse momento  
246 tinha de ser Presidente Médici, estava com problema, e não é má vontade de ninguém, não é incompetência. A usina é  
247 velha e estava sendo revitalizada, atrasou o processo, porque a turbina tem problema, e estou falando que não é  
248 problema, pois não se trata de ficar procurando bode-expiatório, quem foi, quem fez, etc. É que o sistema tem que  
249 trabalhar com reserva. E não tinha reserva nenhuma. E saiu isso, saiu toda essa Usina Presidente Médici do despacho e  
250 por estas duas linhas não entrava 0,5 MW mais, elas estavam no limite. Então, o operador nacional do sistema liga aqui  
251 para a CEEE e manda cortar carga, você tem de cortar carga. Óbvio que corta por rodízio, distribui o corte, preservando  
252 hospitais, escolas, etc. E só entrava por aqui. E tem um outro ponto hoje que é Santo Ângelo, e aquela linha ali é Garabi-  
253 Itá. E isso aí foi objeto de uma obra emergencial que vocês vão ver depois. Então, a situação hoje é essa. Dos 67%, 46%  
254 entra por Gravataí, e 18,9% entra ali por Santo Ângelo. Caso a gente não tivesse construído aquilo ali, o Estado do Rio  
255 Grande do Sul tinha ficado às escuras no verão do ano passado e desse. O que tinha acontecido no Rio Grande do Sul?  
256 Os investimentos em geração e transmissão eram insuficientes, pararam. Na transmissão, a última vez que tinham feito  
257 investimento, na linha Itá-Gravataí foi em 87, em Campos Novos foi em 82. E a Presidente Médici, que é a térmica, era  
258 o último investimento antes de Uruguaiana e Dona Francisca, e tinha sido em 82. De lá para cá, a gente veio usando a  
259 capacidade instalada aqui e o fato de que o Rio Grande do Sul era um Estado que conviveu com corte de energia  
260 sistematicamente, inclusive no próprio planejamento do setor elétrico, você pega os planos de expansão está escrito isso.  
261 Esse planejamento, nós fizemos uma análise rigorosa das condições em que ele era dado no que se refere a uma  
262 expansão da transmissão no caso do Rio Grande do Sul, e sabiam que ia faltar energia, porque falavam, caso não entre  
263 tal e tal usina, vai faltar luz. E tinha então alguém especializado aqui no corte de luz, nós sabemos fazer corte de luz  
264 muito bem. E isso não é uma brincadeira. E inclusive naquele “apagão” nós tivemos menos efeitos porque a gente tinha  
265 um sistema quase automático, pois quando falhava, porque estava acostumado, de fazer corte. Agora, isso é uma absurdo  
266 para um Estado e para o planejamento do sistema, você não pode conviver com isso. No verão de 99 para 2000, que era  
267 o segundo verão, nós fizemos as obras emergenciais, que tiveram duas fases: a primeira fase: verão 99/2000; segunda  
268 fase: verão 2001/2001. No 99/2000 a Usina Uruguaiana teve partida sem gás, mas com aquele combustível leve, houve  
269 o fechamento do anel do 230 Santo Ângelo-São Borja. A subestação de Santo Ângelo que entra 18,9% hoje. O banco de  
270 capacitores em Gravataí custou R\$174.000.000,00 e segurou, e começamos a impedir o corte sistemático de luz aqui no  
271 Estado. Ao mesmo tempo, no verão 2001 fizemos duas obras mais baratas, que foi colocar um capacitor na subestação  
272 de Gravataí e transferir um reator. E é isso que explica que do ponto de vista de abastecimento, não é o fato de que às  
273 vezes cai a luz porque rompeu uma linha, mas do ponto de vista de disponibilidade de carga nós não tivemos nenhum  
274 dia de não disponibilidade de carga suficiente aqui dentro do Estado. Pelo menos isso nós equacionamos. E fomos  
275 buscar, do ponto de vista da transmissão, o fôlego para esperar que tivesse algumas obras de geração entrando. Porque  
276 sem a transmissão você não tem fôlego nenhum aqui no Estado. E nesse verão inclusive passamos por isso. A margem  
277 de manobra nossa foi de 3.945 MW. E nós temos capacidade para agüentar até 4.100 MW. Hoje, margem de manobra  
278 para enfrentar contingência é zero. E isso é que nós fomos reclamar junto a ANNEL, junto aos órgãos planejadores  
279 porque é uma situação que é inviável para o Estado. E nós fizemos todo um movimento, porque muito complicado, em  
280 termos institucionais é complicado pois se tem que juntar vários setores, e conseguimos a chamada solução robusta, que  
281 não fico dependendo de 100 MW, que eu tenha margem de manobra até que o Estado possa equacionar como é que as  
282 obras de geração urgentes entram, porque uma obra de geração não leva menos de dois a três anos, e não se tem como  
283 responder imediatamente. E aí foi a questão da linha Itá-Caxias, que em vez de só entrar por este ponto, passa a ter uma  
284 outra forma de entrada que cria um anel aqui que aumenta a capacidade de receber energia do sistema interligado, que  
285 aumenta a nossa capacidade de importar energia. Porque não existe vergonha nenhuma importar energia num sistema  
286 interligado. Não é possível pensar, é uma forma anti-econômica, anti-social, anti-ambiental de pensar, num País que já  
287 tenha esse parque, que nós vamos dar conta de tudo, que temos de ser capaz de distribuir os impactos e aproveitar desse  
288 parque interligado que está construído. Então, esta linha era estratégica, ela é da ELETROSUL, e custa em torno de  
289 R\$150.000.000,00 mais ou menos, porque é a linha, é a subestação, e são dois seccionamentos. Completa esta linha um  
290 outro sistema, que é esse em tracejado, que é Caxias-Taquara-Osório, os 25 Km, e aquelas quatro intersecções ali, que  
291 são 11 Km. E esse sistema, que foi aprovado pela ANNEL em regime emergencial, tinha de estar pronto até 21 de  
292 dezembro, que era o que a ANNEL não queria aprovar, ele vai custar R\$150.000.000,00 mais o custo desse trecho, que  
293 é R\$70.000.000,00, vai custar em torno de R\$220.000.000,00, estimativa dele, e está em projeto, por isso que é  
294 estimativa, e isso é tudo projeto. E um deles está licenciado, e esse outro trecho, que eu saiba, nem licenciado está ainda.  
295 O que é o efeito disto para nós no imediato? Aumenta a nossa capacidade de 700 MW. E passamos a administrar a

296 contingência, ou seja, se cair uma das linhas de 500 MW, nós seguramos. E suporta qualquer contingência no sistema  
297 elétrico. O Paraná, São Paulo e Minas Gerais nunca trabalharam sem essa margem. Quem trabalha com esta margem, a  
298 pior situação: Rio, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, o que eles chamam de “Três Rios”. Espírito Santo  
299 também não é nada bem e Santa Catarina é um pouco melhor que a gente. Com esta situação a gente se equipara ao  
300 nível médio do sudeste em termos de segurança de abastecimento. Isso é uma projeção ainda incompleta, é uma  
301 projeção do que a Eletrobrás pensa que pode ser um modelo, pois é muito difícil eu pensar de 2000 até 2007 como é no  
302 Rio Grande do Sul a importação, e aqui é o do sistema nacional. Biomassa, PCH, óleo combustível, carvão, gás e hidro.  
303 O óleo combustível já existe, e algumas coisas estamos acrescentando. Quase não existe nada de gás. É um exercício, e  
304 está ainda muito incipiente, porque a gente tem de trabalhar com qual restrição de transmissão que existe disponível. Por  
305 exemplo, hoje os 1.460 MW de Itá, que estão do lado de lá da fronteira não têm como chegar aqui, porque não temos  
306 linha de transmissão para trazer. E o dia que tiver linha de transmissão eu posso registrar os 1.450 MW, não posso  
307 registrar tudo, mas 50% mais ou menos poderia registrar. E estou tentando explicar porque é complicado fazer o  
308 planejamento. E é isso que estamos tentando equacionar junto com a INS. Estamos criando um grupo de trabalho para  
309 tentar fazer esta previsão de médio prazo para nós, porque isso jamais existiu, e nós criamos aqui um comitê, chamado  
310 “Comitê de Operação e Planejamento do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul – COPERGS”, que a função dele, já  
311 que não fazem planejamento para nós, a gente faz o nosso e briga por ele. Mas ele é muito incipiente porque as variáveis  
312 são muito grandes. E não tenho como saber, por exemplo, que entra de geração. Está previsto no plano de expansão da  
313 Eletrobrás, não necessariamente é real. As diretrizes da nossa política, no que se refere a energia elétrica é o seguinte:  
314 achamos que é fundamental diversificar a geração no Estado. E não apostar só em hídrica, não fazer aquele absurdo que  
315 foi apostar todas as fichas de expansão no carvão, não apostar tudo no gás, geração distribuída, então, diversificar as  
316 fontes, distribuir a geração. Num Estado como o nosso, ele pode ter uma quantidade de pequenos aproveitamentos que  
317 têm sem menor impacto ambiental exigem menos linha de transmissão, permitem maior desenvolvimento local, e podem  
318 ser muito mais adequados a própria economia local. E nós vamos ver isso no caso do projeto de biomassa. E a questão  
319 preservação ambiental, pois a gente sabe que um dos maiores impactantes do meio ambiente é a geração de energia  
320 sobre qualquer forma. E que temos de resolver esta interface. No caso específico nosso, sempre que possível para eu  
321 priorizar os investimentos na Metade Sul, principalmente porque tem os grandes municípios sem eletrificação rural, até  
322 esta parte não botei porque é impossível, não dava tempo. No plano de eletrificação rural a gente verifica que os grandes  
323 municípios que não têm eletrificação rural estão na área de concessão da CEEE e se concentram no sul. A capital do  
324 minifúndio que é Canguçu, é onde tenho a maior necessidade de eletrificação. E aí a eletrificação pode ser tanto linha  
325 como pode ser solar, eólica, biomassa, enfim, você precisa, pode e deve ter pequenos projetos que são mais compatíveis  
326 com o desenvolvimento das localidades. E obviamente, universalizar o acesso de energia porque essa questão da  
327 universalização é uma questão seriíssima. Por percepção somos um país que há uma exclusão. Eles falam que o serviço de  
328 maior cobertura é o serviço de energia elétrica, a gente escuta isso. E isso é muito dito. Mas se nós fizermos outra  
329 comparação: por pessoa quanto é o consumo de energia? Nós somos um dos países mais excludentes, ou com a  
330 distribuição mais desigual *vis-à-vis* aos outros países do mundo por percepção, até porque há parcelas da população  
331 completamente excluídas, e não é só no nordeste, e aqui não é uma maravilha. Temos quase 23% dos estabelecimentos  
332 sem eletrificação rural. Para quem não sabe, o Estado ainda tem a Companhia Estadual de Energia Elétrica com a  
333 geração hídrica, toda rede de transmissão de 230 é da CEEE e com uma distribuição na região sul, no litoral e em Porto  
334 Alegre. E tem a Companhia Sulgás, que é de 49% Petrobrás e 51% Estado do Rio Grande do Sul. E tem a Rio-  
335 Grandense de Mineração – a CRM, cuja a maior reserva, e a mais importante, está em Candiota. O gás natural chegou  
336 no Rio Grande do Sul pelo gasoduto Brasil-Bolívia que é um empreendimento bancado pela GASPETRO, pela  
337 Petrobrás, pela British, pela Shell, pela HP, Alpasso e Henro. Na verdade, sintetizando, no trecho brasileiro, a Petrobrás  
338 banca toda a conta, banca o risco. E são hoje 15,1 milhões de metros cúbicos/dia e atingirão 30 milhões agora a curto  
339 prazo. E foram gastos no conjunto do trecho U\$2.100.000.000,00. Ele chegou aqui no Rio Grande do Sul em março de  
340 2000. O diâmetro desse gasoduto é de 16 polegadas. O volume máximo, não tem, sem investimento possível, 2.400.000  
341 metros cúbicos/dia com pressão de 32 bar. E portanto, esse gás tem uso muito específico. Ele é para industrial,  
342 comercial, gás natural veicular, residencial, projeto de co-geração e uma pequena parcela, metade, sobra gás para a  
343 térmica de Canoas. Hoje está mais ou menos o seguinte: 550 mil metros cúbicos vendidos, comercializados, industrial e  
344 comercial; 150 mil em GNV. E há dois projetos residenciais em perspectivas, ainda não saíram do papel, e isso vai  
345 começar a ver, e há 15 postos que nós inauguramos até julho, e isso aqui já está sendo fornecido, como, por exemplo, o  
346 gás está lá pronto para a GM e só falta eles ligarem. E a Marcopolo fica no final deste mês. Enfim, está tudo em  
347 andamento, são 230 Km de redes já construídos. Esse projeto de co-geração, que é aquele calor e energia elétrica,  
348 geralmente são em hospitais, shoppings, que são grandes consumidores de energia. Então, aumenta a eficiência porque  
349 você usa, reusa para calor ou para ar-condicionado, para climatização, e, ao mesmo tempo, para geração elétrica. E nem  
350 todos, desse 12, estão no mesmo grau de desenvolvimento. E há uns que estão muito mais desenvolvidos e há outros que  
351 não sabemos ainda se vão ou não ser desenvolvidos dada a flutuação do preço do gás. Se bem que aqui eles têm preço  
352 fixo. Mas há muito problema para se desenvolver este tipo de projeto, que seria um projeto crucial para aumentar a  
353 eficiência do uso da energia. E aqui está a Termo Canoas, a primeira fase da Termo Canoas prevista. Tirante este  
354 gasoduto Brasil-Bolívia, que foi feito com a Petrobrás assumindo o risco e investindo antes de ter consumo. Então, todo

esse trecho aí, a Petrobrás foi e investiu na frente, sem saber se tinha consumo para isso ou não. O modelo tradicional de projeto de infra-estrutura que vigia no Brasil não tinha âncora, o que a gente chama, é este um projeto sem âncora de consumo. Todos os outros gasodutos exigem âncora térmica. Por que tem que ter que âncora térmica? Geralmente, a âncora do gasoduto é termoelétrica, e geralmente, não, sempre. Porque a diferença dos consumos, só para se ter uma idéia, nós vendemos hoje, não chega a um milhão de metros cúbicos aqui nesta região, e só Uti-Uruguaiana consome 2.800.000 metros cúbicos, por isso que ela é âncora, ou seja, concentra no ponto um monstro consumo. Como ele tem esse monstro consumo, eles contratam a compra do gás, da demanda de gás. De posse disso consegue financiamento dos bancos internacionais. Sempre funciona demanda primeiro, a lógica antes era: oferta na frente e demanda atrás. A lógica hoje não é essa: a lógica privada é assim: demanda na frente, oferta atrás. Portanto, há que ter uma certa escassez relativa para justificar o investimento. No caso específico do Rio Grande do Sul, a térmica aqui não houve térmica para fazer um gasoduto deste tamanho, porque eles investiam na frente. Agora, não é esta a lógica mais. Tudo isso nós vendemos depois. Aí é que está: aí nós entramos no chamado gás argentino. E aqui é uma cidade chamada Aldeia Brasileira. O gás saía daqui, parava aqui. E a térmica Uruguaiana viabilizou a construção deste trecho, pois criou demanda que justifica este investimento. Isso começou a operar em junho de 2000, com capacidade de 2.800.000 metros cúbicos. Aqui tem um pouco mais, que são 80.000.000 metros cúbicos reservados para a cidade de Uruguaiana, para combustível, para gás natural veicular e para residencial, um projeto residencial pequeno. A usina térmica de Uruguaiana é esta a situação, ela custou 311, ela entrou em operação com 2.000, vocês acompanharam do jornal, tinha problema, porque toda a térmica tem problema de ajuste também. O investidor é a AS Uruguaiana, e é a primeira usina a gás natural no Brasil, com potência de 600 MW. Acontece que a crise de energia, que se avizinhava, e que todo mundo sabia, mostra para os grandes investidores, para a Petrobrás, sobretudo, que tem possibilidade de trazer aquele gasoduto que estava lá em Uruguaiana até Porto Alegre. E para fazer isso ele foi pensado, aquele gasoduto, para só abastecer até Uruguaiana. Então, ele tinha um diâmetro menor. E além disso, ele passava por cima da ponte internacional. O que se fez é que, passando por cima da ponte, não podia ter 24 polegadas, ele tinha de ter no máximo até 18 e olhe lá, mesmo 18 polegadas, fazer aquele gasoduto passar por cima da ponte internacional ia ser complicado. Ia ter problema de segurança, ia ter um nível de obra de garantia muito grande. Então, mudou o traçado, foi uma decisão, e nós demos força para mudar o traçado. O Governo do Estado quis que mudasse o traçado, e queria que ele passasse por furo direcional, que ele tivesse um outro traçado, por baixo do rio, até porque assim ele podia ter 24 polegadas e poderia transportar maior quantidade de gás. Para ele transportar maior quantidade de gás, primeiro, se tinha que mudar a polegada, mudar o traçado e tinha que pensar na possibilidade de térmicas associadas a ele. Então, é bom que se diga o seguinte: o gasoduto e entrada de gás aqui no Estado, porque 2.400.000 é muito pouco gás. E nós fazemos 15 poços de gás natural veicular. E hoje 80% dos táxis do Rio estão convertidos já para gás. E nós não seguramos com o gás que chega pelo Brasil-Bolívia, e nós não seguramos o nosso mercado em expansão. E não seguramos nenhum projeto maior de residencial e não seguramos também nenhum projeto maior de industrial. Daí que foi apostado no fato de desenvolver esse novo traçado que é o gasoduto da TSB – Transportadora Sul-Brasileira de Gás. O início da operação deste gasoduto, que tem dois trechos construídos. Um pequeno trecho aqui, e esse pequeno trecho que falei, que é por baixo do rio. E é uma extensão de 615, o volume é de 12 milhões e o investimento é 265. Associada a eles, eles prevêm a existência dessas três térmicas: a Canoas, que sai lá do Brasil-Bolívia e vai para ele, a segunda fase. A primeira fase é viabilizada por lá, a segunda fase, quando for ciclo combinado, é viabilizada por aqui, e é esta a concepção. A Termo Gaúcha também está associado a ele. E a Termosul, idem. No máximo precisa destas três térmicas, pois não há mais gás suficiente para essas três. O investidor é a Petrobrás da Termo Canoas, que é a REFAP, a fase 1 estavam prevendo, no plano emergencial do Ministério de Minas e Energia para dezembro de 2001, a potência inicial em ciclo aberto seria de 170 MW e integra o abastecimento do ano, ou seja, para o Rio Grande do Sul ser abastecido você precisa dos 800 MW para manejar, e no caso de falta de energia no sudeste precisa dos 170 MW da Térmica de Canoas. E quando estiver pronta, com as três turbinas, duas a gás e uma a vapor, ele vai produzir 500 MW e aí uma parte desse consumo vai estar desviada para o outro gasoduto, que é esta segunda fase que é maior. E a vantagem dele é a localização no centro de carga, pois isso é vantagem de térmica a gás porque nós temos uma térmica lá em Uruguaiana, que tem 600 MW. E que disponibiliza 200 MW porque tem restrição de transmissão, ou seja, não conseguimos escoar a energia, não é escoável, e o mercado de consumo do qual ela está mais perto, mesmo que se substitua, você tem um nível de perda muito grande, tanto é que para ela ser viabilizada, uma das coisas que estão em estudo nesse programa que tem um circuito que liga Uruguaiana até Gravataí II e faria um outro circuito. E investimento na Termo Canoas é de 300 milhões. A segunda é a Termo Gaúcha, que os investidores são a Petrobrás, a Ipiranga, a Repsol e a CEEE, e a potência é 500 MW, o consumo é de 2 milhões, e o valor do investimento é de US\$300.000.000,00 e está prevista para dezembro de 2003 e janeiro, até primeiro trimestre de 2004. A Termosul é da AS, é um pouco maior que as duas outras, é 750 MW, e está prevista para o final de 2005. E tem esse outro gasoduto em discussão, mas ele é muito complicado, porque ele joga todo esse trecho, como expliquei para vocês, é a demanda que segura o investimento, ele joga todo esse trecho nesta ponta aqui, e é muito complicado de ser viabilizado este gasoduto a curto prazo. A médio prazo ele é absolutamente possível de ser viabilizado. A situação então é mais ou menos essa. E o que acontece no caso do gás? Do lado de lá dos Andes está o mercado produtor. A indústria argentina de gás crescendo vegetativamente, extremamente madura. E o mercado consumidor está do lado de cá dos Andes. Então, a integração, seja por meio do Rio Grande do

414 Sul, no caso da Argentina, seja por meio do Paraná, Mato Grosso e São Paulo, no caso do gás boliviano, é inexorável,  
415 no caso da indústria de gás boliviana, porque ela é uma indústria absolutamente incipiente, *vis-à-vis* da economia  
416 boliviana. Mas, sobretudo no caso argentino, a pressão para construir esta indústria recai sobre o mercado consumidor  
417 brasileiro e sobre as suas necessidades de energia elétrica. As térmicas a carvão aqui no Estado do Rio Grande do Sul.  
418 Hoje nós temos a Presidente Médici, Charqueadas e São Jerônimo, e isso é potência instalada. Geralmente não é isso  
419 que está disponível, mas isso é potência instalada e também não está disponível não só por algum problema de  
420 manutenção, etc, mas também porque nem sempre o operador dá partida para essas térmicas funcionarem, só quando ele  
421 dá partida, ou seja, só quando está faltando energia e a energia alternativa hídrica é mais cara do que a térmica. E elas  
422 são flexíveis, e só queria lembrar a vocês que as a gás não são flexíveis, elas são contratadas *take your pay*. Porque o  
423 gasoduto é *take your pay*. O *take your pay* é o seguinte: você pega o gás independente de usar ou não. Então, é  
424 necessário ter uma demanda firme. A vantagem do carvão em relação ao gás, num sistema hídrico, é que ele é flexível, e  
425 é estocado. E é esta a produção do Brasil, temos 89% e o grosso está em Candiota. Candiota é o que é economicamente  
426 viável, e não vou falar nem do ponto de vista ambiental, vou falar do ponto de vista econômico. E o que é viável em  
427 termos de carvão de que é uma energia viável produzir em termos de custo dela e do preço da tarifa. É o carvão de  
428 Candiota pois um tem escala a céu aberto. O problema do Jacuí, ele até pode ter uma quantidade de reserva grande, mas  
429 o problema é que é tudo subsolo. As jazidas do litoral tem 8,1 bilhões, mas elas têm problema similar. O problema do  
430 nosso carvão é que ele é térmico, é de baixa qualidade em termos de cinza e tem quantidade significativas de enxofre.  
431 Então, é necessário o uso de queima limpa. E hoje ninguém vai aceitar nenhuma produção de termoeletricidade a carvão  
432 sem ser com tecnologia de queima limpa. E esse é um dos problemas que tem o nosso carvão, associado ao fato de que  
433 ele é de baixa qualidade térmica. Num quadro em que nós respondemos por 91% da geração ser hídrica, o carvão  
434 sempre vai funcionar, e isso é fundamental que a gente entenda, como uma espécie de seguro, porque como ele é  
435 estocável, que é o princípio do CCC, algo diferente do gás, que o gás se despacha ainda *take your pay* ainda no Brasil  
436 porque é um mercado incipiente, nós não temos a menor experiência em despachar aquele negócio de que se chama  
437 “interruptível”. E o carvão tem uma outra característica: ele pode funcionar, porque ele é estocável, como um *backup* da  
438 hidroeletricidade, ou seja, é possível se conceber um modelo em que ele funcione como um seguro. Daí aquela ojeriza  
439 que baixou no programa de reforma do setor elétrico brasileiro a subsídio, tem que ser equacionada. É impossível operar  
440 determinadas usinas sem cobrir certos custos: 1 – ambientais; 2 – diferença entre o desenvolvimento das tecnologias; 3 –  
441 é melhor se ter uma proporção pequena de termoeletricidade a carvão do que ter de investir em projetos hídricos  
442 monumentais, dependendo, obviamente, da localização. O que está para ser feito? Candiota III é inexorável. Está no  
443 PPT, tem processo licitatório, tem autorização e foi equacionada. Então, Candiota III está prevista para 2003 em todos  
444 os planejamentos. Esse projeto de Ceival está em desenvolvimento, e não tenho como dizer o momento que ele sai, e ele  
445 tem uma característica específica, interessante que é essa produção associada de sulfato de amônia. Jacuí está em  
446 processo de licenciamento, e até vocês têm mais condição de me dizer se sai e quando. As hidrelétricas existentes: no  
447 sistema Jacuí da CEEE, se tem Canastra, Gerasul e agora Dona Francisca com a defesa. E aqui dentro do Estado é a  
448 distribuição de propriedade e dos recursos hídricos. E é bom lembrar que a última vez que investimos em  
449 hidroeletricidade nesse Estado foi na década final de 70, início de 80, com Itaúba. As pequenas hidrelétricas nós temos  
450 essa distribuição: o Estado do Rio Grande do Sul é um dos Estados do Brasil, dos mais desenvolvidos, que tem ainda  
451 um nível de aproveitamento dos inventários de bacia relativos a PCHs menores do Brasil. Enquanto em Minas, em São  
452 Paulo há algumas já funcionando e outras em desenvolvimento, aqui este processo começa agora. E tanto com as  
453 cooperativas, porque quem não tiver geração está morto na segunda rodada, na hora que começar a desconstrução, tanto  
454 pelas próprias concessionárias de energia elétrica. O que resta de hidrelétrica importante no rio Uruguia e  
455 circunvizinhanças e que está em andamento, das que não mencionei são: Machadinho, que está em construção, na qual a  
456 CEEE tem 4,9%; Monjolinho, que está em estudo de viabilidade; Campos Novos, que está em construção, que a CEEE  
457 tem 8%, o resto é de produtores independentes; Barra Grande que está em licenciamento ambiental que eu saiba, foi  
458 ganha por um consórcio chamado Gerab; Foz do Chapecó que a ANNES publicou o processo de licitação, e ainda não  
459 entrou em licitação, está em processo, não abriu o processo licitatório. E são esses os principais recursos hidroelétricos  
460 que restam nestas imediações, os grandes. Então, na verdade, em construção Campos Novos e Machadinho, e falta Barra  
461 Grande, Chapecó e Monjolinho, que é PCH quase, média. Saindo dessas mais conhecidas, cabe destaque o programa de  
462 biomassa que foi construído ao longo do ano de 99 e agora 2000. E nós fizemos um protocolo de intenções, logo no  
463 início, em 99, com essa empresa, que é a CGDE, que é uma empresa portuguesa e com uma empresa de co-geração, que  
464 trabalhava na área de co-geração brasileira chamada Kobtz. E o investimento é deles. Nós participamos com compra de  
465 energia e a nossa compra de energia via participação acionária, ou sela, eles nos remuneraram a compra de energia nos  
466 dando participação acionária, e a gente não entra com capital nenhum. Eles vão investir R\$120.000.000,00 em onze  
467 termoeletricas, num total de 110 MW. E no protocolo eles assumiram o compromisso de fazer de 90 a 95% com a mão-  
468 de-obra local, montagem e operação. E o que está em andamento? Está em fase final para a gente inaugurar Piratini que  
469 é com resíduo de madeira, e que ela é fundamental no processo de eletrificação rural essa térmica com resíduo de  
470 madeira. As outras duas, que é Dom Pedrito e Capão do Leão, elas ficam prontas até o final do ano, e elas são muito  
471 interessantes, são um dos estudos mais interessantes, que é a térmica com casca de arroz. E que produz, como  
472 subproduto, a sílica. As outras são essas aqui: em Pelotas, casca de arroz; em Camaquã, casca de arroz; Mostardas,



473 resíduo de madeira; São José do Norte, resíduo de madeira; Alegrete, casca de arroz; Itaqui, casca de arroz; São Borja,  
474 casca de arroz; Encruzilhada do Sul, resíduos de madeira. E trouxe a distribuição para vocês verem uma característica:  
475 sobretudo se concentra na Metade Sul. E que é uma questão também relativa ao fato que é um compromisso de  
476 desenvolvimento com a Metade Sul de uma forma de aproveitar os recursos de maneira correta, não só ambientalmente,  
477 como também economicamente. Essa interface entre geração e a atividade produtiva local é muito importante, além do  
478 fato de que seja biomassa, e é geração distribuída, primeiro ele, depois eólica, sejam os dois grandes projetos que  
479 distinguem a gente. Isso é para dar uma noção da nossa capacidade. A gente levantou, e isso é uma estimativa que nós  
480 temos condição de gerar aproximadamente 180 MW com base em casca de arroz. A outra questão que achamos  
481 fundamental é o levantamento do potencial eólico do Estado. Esse programa, que é o programa eólico, está baseado em  
482 duas âncoras a curto prazo ou não, que é o problema da medição. E fizemos uma série de parcerias, que vou mostrar na  
483 seqüência, para medir, e estamos medindo porque queremos elaborar um atlas eólico. Ao mesmo tempo, queremos ter  
484 algum projeto piloto no curto prazo, que até o ano que vem estaremos com o atlas eólico pronto e estamos supondo que  
485 nós tenhamos o primeiro atlas eólico, e nós vamos publicar em internet, até setembro de 2002. E que antes disso  
486 tenhamos licitado um pequeno projeto de eólica. Os nossos pontos são esses aí, são isso aí que estamos medindo.  
487 Estamos medindo, fundamentalmente, o litoral norte-sul, a costa interna das lagoas, a serra, o planalto e a fronteira  
488 oeste. E não é só nível econômico, e a gente não compete com o nordeste, seria muita pretensão, a gente está um pouco  
489 abaixo do nordeste. O nordeste, para vocês terem uma noção, os ventos, e vou falar só na velocidade, está entre 8,5 a 9,5  
490 metros por segundo. Aqui no Estado temos obtido principalmente no litoral e na costa interna da lagoa entre 7 e 8  
491 metros por segundo, o que torna extremamente importante essa fonte de geração de energia. Os convênios são Semic,  
492 CEEE, Weben, que é uma empresa alemã, com tecnologia Weben, Semic, CEEE, Agamesa, é tecnologia Westras, que é  
493 dinamarquesa, e a Semic, Sertel e Weben, a Semic é uma cooperativa e tem algumas medições que são nossas e da  
494 CEEE. E nós achamos que o problema do atlas eólica é um bem que tem de ser público, que não pode ser apropriado  
495 por segmentos privados, e nós asseguramos toda a presença do Governo – Semic – pois quem faz a medição somos nós,  
496 nós controlamos a medição. Na energia solar, esse é um projeto muito interessante, que é projeto do PRODEN, que é  
497 com o Ministério de Minas e Energia por meio de um financiamento do BID, que é dos kits foto voltaicos. E nós já  
498 implantamos 60 sistemas foto voltaicos, e basicamente eles têm que ser implantados por requisição do projeto só em uso  
499 comunitário, uso social, não privado. Então, foram em 46 escolas rurais, 7 sistemas de bombeamento de água, 4  
500 sistemas de resfriamento, 1 posto de saúde e 2 centros comunitários. E esse projeto pode deslançar e ter uma escala  
501 extremamente elevada. E inclusive as empresas privadas concessionárias, uma delas, que é a RGE, está desenvolvendo  
502 um projeto de energia solar no sentido de que ao invés dela fornecer a energia sob a forma de linhas, ela vai fornecer  
503 sobre a forma de kits foto voltaicos e portanto, acho que seria uma das formas da gente conseguir estender, com menos  
504 custo e com menor impacto ambiental, para várias atividades a questão da energia solar, aí o kit foto voltaico. E depois  
505 nós vamos ver lá na eficiência energética que vou falar na hipótese de energia elétrica e solar térmica. E está mais ou  
506 menos distribuídas pelo Estado as áreas de concentração mais pobres do Estado. É o sul, aquela parte lá no nordeste. De  
507 solar, bombeamento, refrigeração, são 7 cidades, 18 comunidades, 581 pessoas. O bombeamento de água para consumo  
508 é azulzinha e resfriamento do leite a vermelhinha, só uma ali, em Candiota. Além disso, temos microcentrais  
509 hidroelétricas que são projetos assim bastante pequenos, não é nem PCH, é microcentral, uso bem localizado e para  
510 propriedades pequenas e para pessoas também de baixa renda, e são essas três. E achamos interessante assinalar esses  
511 dois sistemas híbridos pelo fato deles serem bastante diferentes. Um é solar-eólico, que é esse em Mostardas, que é uma  
512 escola, mas num sistema de refrigeração de pescados, que nós achamos um projeto bem interessante, e que está dando  
513 muito certo, estamos fazendo um acompanhamento, e este híbrido eólico-diesel. Antes que alguém se queixe do diesel,  
514 vou explicar: ele era todo diesel, e segundo ele era absolutamente exagerado quando foi feito. E nós fizemos todo o  
515 processo de eficiência, reduzimos a parte diesel, que eram 100 KW quando foi concebido, agora está em duas de  
516 14, e conseguimos aproveitar uma eólica ali de 20 KW. Ele funciona a diesel só quando a eólica tem problema, porque a  
517 energia eólica não é firme, e se tem que ter sempre uma fonte associada para firmar energia. Finalmente, a questão do  
518 uso racional da energia, que eu acho que é uma questão estratégica, e ela merecia uma exposição a parte, e vou dar uma  
519 rasante. E o uso de energético, ou seja, não tenho de usar a energia elétrica para esquentar a água, pois gasto menos se  
520 usar gás, se usar solar, e fazer alguma coisa associada, solar-térmica. E o uso de equipamento eficiente: o problema das  
521 lâmpadas incandescentes ou fluorescentes, o problema dos equipamentos, o problema do ar-condicionado não ter um  
522 pequeno capacitor e gastar 30% mais de energia do que tem de gastar, o problema das bombas, em todas as estruturas de  
523 saneamento, o problema relativo aos equipamentos e as caldeiras, enfim, de todos os motores das indústrias, e tudo  
524 associado a isso, ou seja, que não é um jogo de boas intenções. Primeiro, industrial não vai fazer se ele não tiver  
525 financiamento, ele não vai assumir um custo que ele não tiver retorno. Enfim, não é possível supor que sem sinais  
526 tarifários a eficiência energética seja, de fato, uma realidade. Então, nós inclusive estaremos fazendo uma grande  
527 reunião sobre essa questão nos dias 15 e 16 de maio aqui no Estado sobre tudo que envolve tudo isso. A redução  
528 também de perdas no processo, que é uma questão fundamental. Aí está a questão do uso do melhor energético, e  
529 estamos fazendo uma discussão séria sobre a questão do chuveiro elétrico, e só há dois países no mundo que usam  
530 chuveiro elétrico para aquecer água de banho, nós e a Turquia, e que nós estamos querendo aprofundar esta discussão  
531 solar e a energia elétrica como energia de sustentação, ou seja, nublou, choveu, não dá para aquecer, aí você pode ter a

532 elétrica. E esse modelo inclusive está sendo adotado pela CEMIG. E ao mesmo tempo, já que o gás está chegando,  
533 interessa-nos, inclusive, nos projetos residenciais, e isso é uma coisa que a gente quer, pois talvez não se consiga mudar  
534 a cidade, mas se consegue alterar o novo, o que vem, o que está entrando, e é isso que nos importa. Então, abrir essa  
535 discussão e bater nela, principalmente agora que estamos num momento que tem de discutir a questão da energia,  
536 mesmo que o Estado não tenha racionamento, e é isso que vou falar para vocês. Nós, possivelmente, estamos fora do  
537 racionamento, e nós teremos um compromisso de discutir a questão da eficiência energética nesta circunstância. Porque  
538 talvez nós consigamos mais avanços agora do que tivemos nos últimos anos nessa questão da eficiência. A substituição  
539 do diesel por gás ou óleos vegetais, que também nos vamos fazer no nosso debate sobre eficiência, e vamos discutir o  
540 biodiesel. E a questão da co-geração, em uso intensivo de energia elétrica, tipo shopping center, e isso teria de ser um  
541 padrão, quase que um requerimento que o uso da refrigeração e o uso da energia elétrica fosse por meio de processo de  
542 co-geração que barateia o custo social e o custo ambiental para todos nós. Só queria dar um exemplo rápido do  
543 programa da CORSAN, que é um programa de eficiência, e conseguimos eficiência em motor, bomba, perda em  
544 tubulação, perda em transformador e melhor uso da água. Então, um programa de eficiência nunca é específico assim, e  
545 ele não pega só um pedaço, e ele tem de olhar o processo, é esta a idéia. Vamos desenvolver um programa para o setor  
546 público, e chamamos isso de “eficiência participativa” no seguinte sentido: a gente não acredita em eficiência, por  
547 exemplo, no setor de compras, que a pessoa não se envolva, e não acreditamos em eficiência em que setor  
548 administrativo não participe, e nós acreditamos em processo de efficientização contratado de fora. Então, por isso  
549 achamos que tem de ter um processo de uso eficiente de energia em que as pessoas que tratam destas questões no dia a  
550 dia, é com elas que a gente quer discutir um programa de treinamento e um programa de padronização de iniciativas no  
551 Estado. O Governador vai baixar um decreto estadual reduzindo o consumo em 20% e esse 20% é um cálculo baseado  
552 no CAF, e nós achamos que é factível. E nós queremos esse programa de treinamento, um cadastro dos prédios públicos,  
553 o problema da efficientização dos prédios por aqueles que os gerem e a questão do saneamento e da cidade eficiente, um  
554 programa municipal, em conjunto com todos os instrumentos de crédito, que ninguém faz isso sem financiamento. E  
555 achamos que agora vai começar a ter financiamento. Alguns projetos que a gente tinha pedido a tempo atrás parece que  
556 estão saindo. Por exemplo: a PROCEL liberou um recurso para nós efficientizar a CORSAN agora, e está chovendo no  
557 nosso roçado. Há mais coisas, e sei que não tem universalização aí, agora, é inviável, é um setor extremamente denso, e  
558 peço perdão inclusive pelo tempo que tomei de vocês. (Palmas.) **Sr. Presidente:** quero agradecer a apresentação da  
559 Secretária. E informar também que nós temos feito um trabalho muito intenso de planejamento estratégico, de  
560 articulação da política energética e questão ambiental relacionada aos cenários do setor e aos desdobramentos  
561 ambientais, em especial, ao instrumento licenciamento, e temos feito movimentos conjuntos na relação com o cenário  
562 nacional, em especial, com a ANNEL, e também temos adotado instrumentos inovadores, articulando instrumentos de  
563 gestão ambiental que procuram dar maior eficácia aos instrumentos de licenciamento. E temos muita clareza, e isso que  
564 tem motivado uma integração maior entre as Secretárias, de que com esse novo quadro de liberalização no setor, de uma  
565 dinâmica muito mais acelerada, é absolutamente necessário que o desenho das estratégias ambientais enxerguem um  
566 cenário global nas tendências futuras de maneira que a situação não fique afunilada única e exclusivamente no aspecto  
567 do licenciamento ambiental, que é importante ressaltar, é praticamente um dos poucos instrumentos públicos que ainda  
568 resta de controle sobre o setor, é o de licenciamento ambiental, e isso aumenta a responsabilidade e fez com que nós  
569 desenvolvêssemos uma interlocução bastante efetiva sobre isso. Quero, antes de passar ao debate, também informar que  
570 está sendo prevista para julho, dias 14 e 15 de julho, um seminário promovido pelo Ingá, pela Universidade Federal do  
571 Rio Grande do Sul, visando discutir a questão das hidroelétricas em relação aos projetos em questões ambientais.  
572 Oportunamente será distribuído material sobre este seminário, o Governo do Estado também vai participar apoiando e  
573 estando presente neste seminário, e consideramos esta uma iniciativa relevante. E passamos, de imediato, aos debates.  
574 Vamos propor aqui, mesmo questões de esclarecimentos e perguntas sejam feitas junto com as manifestações e idéias  
575 sobre o assunto, em bloco, e poderíamos agrupar blocos de quatro manifestações, e após as manifestações, novamente  
576 os esclarecimentos da Secretária que se fizerem necessários. Vamos trabalhar com um tempo máximo de fala de quatro  
577 minutos. A palavra está à disposição. **Sr. Mário Buede Teixeira:** quais são as ações de articulação que o Estado tem  
578 feito junto a Eletrobrás e ANEEL no sentido haver mais licitações para os aproveitamentos hidroelétricos no Estado.  
579 Existe no site da ANEEL uma relação muito grande de aproveitamentos potenciais em fase de inventário e outras fases,  
580 mas as liberações, as licitações são muito poucas. E nós tivemos, recentemente, três aproveitamentos que foram  
581 licitados, que foram do Rio das Antas. E me parece que são em torno de 100 MW cada um deles. Mas diante da  
582 quantidade de outros aproveitamentos, parece-me muito pouco isso. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A AGAPAN fez uma  
583 correspondência, aproveitando a oportunidade da Secretária Dilma Rousseff estar presente à reunião do Conselho,  
584 embora em parte ela já tenha respondido algumas perguntas, fizemos alguns questionamentos: “ Tendo em vista a  
585 presença da Secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações na reunião do CONSEMA, a AGAPAN aproveita  
586 a oportunidade para formular algumas questões: 1. Onde vai ser aproveitada o *fly ash* da queima de carvão da Usina  
587 Térmica Jacuí I, já que fornecedores como Candiota, Copesul, Klabin-Riocell, abastecem hoje o mercado? Existe  
588 demanda para o que será gerado? 2. No EIA/RIMA da Térmica Jacuí I não foi avaliado o conjunto de fontes poluidoras  
589 da atmosfera, que emitem poluentes provenientes da queima do carvão. No processo de queima são gerados elementos  
590 tóxicos com mercúrio, chumbo, arsênio, selênio, cromo e níquel, bem como elementos radioativos (tório e urânio),

591 contidas nas cinzas leves, que escapam dos mecanismos de captação previstos pelo empreendedor. Perguntamos se o  
592 Estado está preparado para resolver os problemas de saúde pública, como as doenças pulmonares e o câncer, causados  
593 pela queima e extração do carvão; 3. O BNDES tem linha de crédito para o aproveitamento de fontes alternativas de  
594 energia. Quais são as pesquisas e o que o Estado está desenvolvendo para a utilização destes recursos? 4. O Estado tem  
595 projetos visando a melhoria do sistema de distribuição para evitar as perdas de energia? 5. Foi decidido na CONFEMA  
596 que não serão construídas mais usinas no Rio Uruguai para evitar mais impactos ambientais e exclusões sociais. Esta  
597 decisão continuará válida? Já que a gente sabe que está prevista uma hidroelétrica no turno. A AGAPAN em vista de o  
598 Estado do Rio Grande do Sul ter tantas possibilidades de fontes de energia disponíveis e menos poluidoras, solicita uma  
599 **Moratória** de cinco anos para a instalação de Usinas a Carvão, a fim de que se possam complementar os estudos  
600 necessários para eliminar o impacto ambiental e os riscos à saúde da população, que tais usinas comprovadamente  
601 causam”. Nós vamos passar este documento para a Secretária, e não sei se é possível responder a algumas destas  
602 questões hoje, mas que se não puder fazê-lo, que fação por escrito. **Sr. Presidente:** vou solicitar a Edi que forneça à  
603 Secretaria Executiva do CONSEMA de maneira que nós incluamos na Ata a íntegra do documento. **Sra. Kathia Maria**  
604 **Vasconcellos Monteiro:** Estou representando o Núcleo Amigos da Terra. E para situar um pouco melhor a Secretária  
605 sob o porquê desta reunião hoje, e complementando um pouco a informação que o Secretário colocou no começo da  
606 reunião, no ano passado, quando fizemos os seminários para a definição de pauta e de Câmaras Técnicas, toda a  
607 estrutura do CONSEMA, a questão da matriz energética foi pontuada por diversos setores. E só que não era uma pauta  
608 emergencial. E ela se tornou uma pauta emergencial a partir da necessidade de licenciamento de Jacuí I. Então, nós  
609 tivemos na reunião passada do CONSEMA toda uma discussão sobre a Termoelétrica de Jacuí a carvão, uma das razões  
610 destes questionamentos da AGAPAN. E nós também temos várias dúvidas com relação a necessidade e a possibilidade  
611 de que saia esse licenciamento. Uma das questões que nós levantamos é se haveria a possibilidade desta termoelétrica  
612 usar o gás que vem da Argentina, ao invés de carvão. E considerando que essa usina está prevista para entrar em  
613 operação em 2003 quando o gasoduto, que vem da Argentina, já vai estar em Porto Alegre. A questão que a senhora  
614 colocou com relação ao fato do Rio Grande do Sul sempre tem que importar energia, também me chamou a atenção,  
615 porque uma das vantagens de se licenciar Jacuí seria que o Estado passaria de importador de energia a exportador de  
616 energia, e isso foi colocado na audiência pública que aconteceu agora no começo do ano na PUC, que passaríamos de  
617 importador a exportador de energia, e isso para nós é uma grande dúvida, porque em alguns momentos saem nos jornais  
618 que o Estado é importador, há momentos que diz que não pode exportar, que a rede está interligada só até um  
619 determinado ponto, que não pode contribuir, por exemplo, para suprir esta demanda do sudeste. Então, temos essa  
620 dúvida. E acho que nós teríamos que voltar a discutir essa questão do planejamento energético, e aí quero colocar a  
621 minha opinião pessoal de que realmente o Estado saiu deste planejamento, foi uma opção que o Governo Federal fez de  
622 privatizar e acho que realmente para a gente segurar esses empreendimentos, potencialmente degradadores, como o uso  
623 a carvão e incentivar o uso mais racional da energia, produção mais limpa, é necessário que o Estado volte a suprir e a  
624 investir recursos e a gerar energia como fazia há poucos anos. Pois senão vamos ter situações, como nós tivemos com a  
625 Termoelétrica de Uruguiana, operando em situação emergencial sem licenciamento ambiental. Por enquanto, seria isso.  
626 **Sr. Mário Wrege:** estou falando mais como especialista em água subterrâneas, que propriamente uma posição da  
627 Secretaria de Ciência e Tecnologia. E gostaria de chamar a atenção da atividade de perfuração de poços, em que são  
628 postas bombas lá dentro sem projeto nenhum, muito mais em função talvez do interesse de quem está vendendo a  
629 bomba, do que propriamente do possível projeto de poço que deveria ter sido feito. Ou seja, há um  
630 superdimensionamento da bomba, e evidentemente, um enorme desperdício de energia e esta atividade de perfuração de  
631 poços clandestina é bastante ativa. Então, talvez se fazer campanhas de esclarecimento do público, que vai ser o cliente,  
632 que vai pagar isso aí, e talvez até capacitação, campanhas, cursos de capacitação para esse pessoal que trabalha em  
633 perfuração de poços, especialmente no dimensionamento da bomba. **Sra. Dilma Vana Rousseff:** no que se refere a  
634 questão da ANEEL e do Estado. Nós atuamos em relação ao Governo Federal, ANEEL, Ministério e o gestor,  
635 independente do sistema, que é o INS, nós atuamos em várias linhas. A primeira linha foi nós pedirmos duas coisas:  
636 porque antes tudo que era transmissão era atribuível a uma empresa, a empresa que tinha concessão de transmissão aqui  
637 no Estado era a CEEE e ponto. E a empresa que tinha concessão de transmissão no sul do País era a Eletrosul. Então,  
638 cada uma fazia licitava a sua obra, e se ela não fizesse com os seus engenheiros, ela licitava. Hoje, além dessa licitação  
639 para construir a obra física, por que tem que pedir licença para a ANEEL? Porque se não pedir licença, você está  
640 cometendo uma infração contra a lei energética. E a lei diz que a ANEEL detém todas as concessões e todo o poder  
641 autorizativo. Então, quem para você o direito de fazer uma linha, o direito de fazer um empreendimento é a ANEEL, e  
642 se ela não conceder não dá para fazer, mesmo sabendo que é crucial para o Estado ser abastecido. E a primeira coisa que  
643 nós brigamos foi para não ter corte de luz, e nós fizemos uma estratégia e fizemos um esquema de prioridades. Então,  
644 trata-se de garantir os dois programas emergenciais. Que ela libere sem licitação, e tinha de provar que era emergencial,  
645 e só com estudo técnico. E liberaram sem licitação, e obviamente fizemos alguns leilões, fizemos um regime de licitação  
646 tipo leilão, mas eu não precisa licitar, ou seja, eles não precisam abrir um processo sem fim. E isso nós obtivemos. Aí  
647 nós passamos a questionar todas as redes de distribuição. O Estado tinha 27 pedidos de obras emergenciais, que todas as  
648 redes estavam usando 130% da sua capacidade nominal, o que significava que, a qualquer momento, o transformador  
649 saia do ar ou a linha podia ser interrompida porque ela não tinha manutenção, ela estava estressada, vamos dizer assim.

650 E nós pedimos rede de transmissão e rede para distribuição. Pedimos eles aligeirarem todos os processos de  
651 licenciamento em curso pois há milhares de processos de licenciamento em curso que eles sequer olharam. Inclusive um  
652 dos mecanismos pelos quais a ANEEL tentou resolver este problema foi passando par vocês o “mico”. O que a ANEEL  
653 fez? Simples. Antes o processo tinha de ter licenciamento ambiental e depois ele entrava na ANEEL. E aí quando a  
654 coisa caiu em cima da ANEEL, e caiu feio, pois caiu tudo que era, e não foi só PCH, e eles tinham de licitar tudo, e  
655 havia 326 pedidos de licenciamento na mesa de um senhor chamado Jandir, que licencia obra para nós. E não era do Rio  
656 Grande do Sul os 326. Então, ele estava ali perdido. E o que eles fizeram? Passa para os órgãos ambientais. Eu licito  
657 tudo, faço um regime simplificado porque não preciso mais esperar os processos ambientais, e agora como tem um  
658 problema sério ocorrendo na área de energia, e vai ocorrer, esse problema é seriíssimo, porque mesmo que eu não fique  
659 hoje sobre racionamento, ficarei amanhã, é uma questão de dia. E eles contornaram o problema transferindo para vocês  
660 uma parte. A outra parte eles começaram a licitar. E daí que sai Barra Grande, Foz do Chapecó, porque isso não é  
661 pedido nosso, do Estado do Rio Grande do Sul. É a gritaria geral no Brasil. E que não tinha licenciamento para linha de  
662 transmissão, e se você pegar o planejamento de 32 projetos previstos para nós, nós fizemos a conta, 21 eram inviáveis no  
663 prazo que eles diziam que se não saísse tinha problema de abastecimento aqui no Estado. Então, acho que nós no setor  
664 elétrico aqui, e falo nós, e falo todo o pessoal do setor elétrico, porque nós construímos uma relação que acredito muito  
665 de parceria e cooperativa entre segmento público e privado. Então, nós, as duas privadas e a concessionária, a Federal,  
666 que é a CGTE, nós, Eletrosul, fizemos um processo de tentar equacionar os nossos problemas. E pedimos aceleração, e  
667 que eles liberassem, todos os projetos que estavam em pauta. Agora, jamais era a nossa intenção, e acho que de nenhum  
668 Estado, atribuir, fazer com que a ANEEL entrasse no fim, e ela está passando, e acho que tem um problema sério como  
669 os órgãos ambientais, tem um problema sério no Brasil que é o seguinte: o gargalo foi transferido da ANEEL para os  
670 órgãos ambientais, e é por isso que nós hoje estamos aqui inclusive. Estamos discutindo o fato, que é a carteira de vocês,  
671 a carteira do pessoal do meio ambiente vai crescer. Porque há uma crise no setor, e tudo que não fizeram durante dez  
672 anos, não fizeram investimento, não resolveram o problema do planejamento, os inventários de PCHs, as autorizações  
673 de térmicas, enfim, todos os projetos, planos, e quero fazer um levantamento eólico, tudo isso está atrasado. E onde é  
674 que acaba tudo? No meio ambiente. Onde é que passam todas as linhas de transmissão, todas as térmicas à gás, todas as  
675 térmicas a carvão, todas as PCHs? Vai parar aqui. Então, esse é um processo que em nível federal baixou, eles não  
676 resolveram tudo, há ainda uma porção de coisas pendentes, mas eles diminuíram o nível de pressão na mesa dos agentes  
677 reguladores e autorizadores federais, e transferiram isso para o IBAMA ou para os estaduais de meio ambiente. E é esta  
678 a realidade hoje. E isso, diante de uma crise de energia, é pressão tranqüila, e por isso que acho que tem de ter uma  
679 conversa séria. A crise ninguém inventou, ela está aí, ela vai ser muito feia, até porque se tem um tempo entre a decisão  
680 de investimento, do investimento maturar, três anos para térmica, seis anos para a hídrica e o resto é ajuste. Você pode  
681 fazer em um ano meio, pode fazer em três anos, uma máquina aqui e outra ali. E essa vai ser a demanda. E nós não  
682 conhecemos racionamento no principal centro de carga do País. E nós não conhecemos, nós vamos ver a partir do dia 1º  
683 de maio o que é racionamento no principal centro de carga, e São Paulo é a indústria nacional, e nós vamos ter de  
684 discutir: você corta a luz de quem? Do industrial, do residencial? De que segmento da indústria? Da indústria que  
685 exporta? E quem é que paga isso? Então, essa é uma discussão que vai interessar a todos nós, obviamente, e acho que do  
686 ponto de vista ambiental é discutir como se preparar para o fato. Vamos dizer que o fluxo do rio tinha uma barragem  
687 aqui. E tiraram a barragem aqui e botaram-na mais para lá. Ou seja, hoje isso é generalizado, não é só para nós, pois,  
688 para nós, o grande atraso não estava na área de geração. O grande atraso, o risco do Rio Grande do Sul, em todos os  
689 níveis era transmissão. O Rio Grande do Sul era considerado, até pelo setor elétrico nacional, o lugar com que a gente  
690 não conseguia suportar a primeira contingência. E o que é a primeira contingência? Qualquer maquininha que saísse.  
691 Então, isso inclusive é visível, pois eles esgotaram o Rio Uruguai, já fizeram Barra Grande, Foz do Chapecó sai agora e  
692 as pequenas centrais elétricas, cada um entra com um projeto e eles autorizam o projeto específico. Então, abaixo de 30  
693 igual ou menor que 30 MW é licenciamento simples. Aqui no Rio Grande do Sul os grandes projetos eles liberaram  
694 Seram, Barra Grande e Foz do Chapecó, era o que estava na pauta deles. E aí a Conselheira Edi fala da carta que você  
695 mandou para responder. A questão de Jacuí, não tenho como te dizer como é o projeto ambiental, e tenho como te dizer  
696 do que acho, por exemplo, do custo de energia, posso discutir isso, e a minha interlocução grande com Jacuí foi porque  
697 achava que aos preços que o negócio estava dado, seria carvão importado. E sou contra que eles operem, e acho que a  
698 gente só tem uma justificativa para operar o carvão no Rio Grande do Sul. É que a gente opere carvão nacional gaúcho,  
699 porque senão é melhor não fazer, não usar carvão. A minha grande contradição durante o momento com Jacuí foi  
700 porque eu achava que aos preços que eles previam só podia ser carvão importado, porque carvão no subsolo, ali na  
701 Mina de Leão II e na circunvizinhanças de Leão II, é carvão muito mais caro do que estava previsto. E eu passei um  
702 tempo discutindo isso, e essa questão jamais chegou a um fim, pois eles asseguram, e assinaram um documento inclusive  
703 com o Ministro Rodolfo Tourinho que o carvão não era importado. E nós tivemos um debate na Assembléia, e é público  
704 e notório esta discussão. Além disso, sempre defendi que achava que Jacuí I, pelo processo de privatização da Gerasul,  
705 que foi fluxo de caixa descontado, Jacuí I, como não tinha fluxo de caixa, integrou o projeto de privatização e foi parte  
706 dele como se fosse um prêmio dele, pois ela não foi computada, ela não tinha fluxo de caixa, e achava que qualquer  
707 discussão a respeito, isso foi naquela época que discutiam se tinha uma licença ambiental garantida pelo Ministério  
708 Público, porque teve também esse momento da discussão, e foi em 99. E achava que não podia esta discussão ser dada

709 desta forma, porque se tivesse algum processo de autorização dado, ele tinha de ser revisto dado o fato de que ela quase  
710 era, não diria grátis para a Gerasul, mas que o custo dela para a Gerasul era um custo bem baixo, na medida que ela foi  
711 rateada pelo preço que eles pagaram, que foi de U\$900,00 o KW instalado. Então, como achava ela barata, achava que o  
712 gasto com o meio ambiente tinha de ser proporcional a essa barateza. E isso também me parece que eles, ao  
713 reconhecerem que tinham de entrar, eles se dispuseram a se adequar a novas injunções. A parte ambiental confesso, não  
714 é a minha atividade, não analiso o projeto deles do ponto de vista ambiental, isso é a função da FEPAM e de vocês,  
715 inclusive. A minha questão era essa: tinha esses senões em relação ao projeto: um que era dessa ordem do carvão  
716 importado e o outro que era em relação ao preço que eles pagaram. Acredito que ela não resolve o problema de  
717 exportação, e diria que é um artifício retórico dizer que se você construir Gerasul passa de importador a exportador. A  
718 Jacuí é só 350 MW e ela não tem esse impacto. O nosso cálculo é de que precisa de 250 MW por ano para a gente fazer  
719 face a nova demanda, isso sem contar o que a gente importa. Então, não é por aí, não é com 350 MW que você passa a  
720 exportar. Agora, se você me perguntasse se 350 MW de Jacuí são importantes no total, acho que são, considerando  
721 todas essas ressalvas: uso de carvão nacional e não é possível deixar no centro de carga, junto ao maior centro de carga  
722 do Rio Grande do Sul uma usina a carvão que tenha níveis altos de poluição. E estou falando aqui no CONSEMA  
723 porque falei dentro do Ministério de Minas e Energia para eles. E não é nada que eles desconheçam o que é a minha  
724 posição. O resto da sua pergunta gostaria de ter a pergunta por escrito pois aí vai ser mais fácil de eu te responder se eu  
725 sei os detalhes. O EIA/RIMA a Jacuí I nem tenho especial especializado nisso dentro da minha Secretaria, não temos, e  
726 nem tenho como te responder isso. E se eu faltei alguma coisa para ti, posso te responder privadamente, se quiser em  
727 outra circunstância. E vou passar para o pessoal do Núcleo de Amigos da Terra, que pergunta do gás que vem da  
728 Argentina. Poder tudo é possível, usar o gás na produção de carvão. Não acredito que queiram, pois acho que Jacuí é um  
729 alto negócio, e estou falando do ponto de vista estritamente econômico-financeiro. Veja bem, compraram a Jacuí, os  
730 equipamentos e se você compra baseado num processo de fluxo de caixa descontado, e se aquilo integra o patrimônio  
731 que te é dado, como ele não tem fluxo de caixa descontado, você está pagando os equipamentos, é quase *free* a compra  
732 de Jacuí. E não acredito que eles vão passar, com todos os equipamentos, com todos os projetos de engenharia, de uma  
733 coisa para a outra, isso é setor privado. E não temos, perante a lei, nenhum poder de chegar para eles e falar: “Mudem  
734 para gás”. Poder tudo é possível, e depende do custo, e aí depende do que eles esperam do projeto. E cabe aos órgãos  
735 públicos se posicionar, do ponto de vista do interesse do Estado, que é a questão do carvão importado e do ponto de  
736 vista ambiental. Não há a menor dúvida de que nós importamos 67% de energia, e tenho de fornecer 3.950 MW e aqui  
737 dentro, eu te dei a capacidade instalada, e quando baixo para energia garantia, garanto 950 MW. E é isso que nós  
738 garantimos aqui dentro. E um dia chegam para ti em outubro e falam que o precipitador lá de Candiota precipitou-se,  
739 está fora 160 MW. Olha, a turbina de Uruguaiana deu pane, fora Uruguaiana, 600 MW. Quando acontece isso, é  
740 racionamento aqui no Estado pesado, se a gente não tiver transmissão. E você tem transmissão porque você precisa  
741 trazer energia fora, não só os 67%, mas inclusive para suprir a diferença, pois nós trabalhamos com térmica. Se as  
742 hídricas têm esse problema de reservatório, uma hídrica para sair do ar igual sai uma térmica é a coisa mais difícil que  
743 tem, e não sai uma turbina, pois a gente pode falar tudo que quiser das hídricas. E é por isso que não pode privatizar  
744 Furnas e nem pode privatizar a Chesf, além dos usos múltiplos, elas seriam as âncoras nesse País de se ter um mix  
745 barato, pois está tudo amortizado. O que é o custo de manutenção de uma usina térmica a carvão? É altíssimo! Segura as  
746 cinzas lá de Candiota para ver, e vai lá para Itaúba. Em Itaúba você pode deixar no chão, comer no chão, é limpinho, o  
747 custo de manutenção é com quatro a cinco pessoas. Então, no planejamento energético o que se vai ver é que esse País  
748 tem um mix de energia, tem uma base para um mix de energia barato, o que é? Hídrica. E já fez isso, já pagamos o custo  
749 ambiental disso e estamos pagando. E gerações depois de nós vão pagar este custo ambiental. E isso teria de integrar a  
750 forma pela qual nós todos nos beneficiaríamos, nós, a indústria, juntava energia nova que viesse, ela é mais cara, e ela  
751 será mais cara, com essa que já tem, e você poderia baixar o custo médio. Enfim, o custo da expansão é um mas o seu  
752 custo de consumo é outro. E é isso que torna o planejamento energético fundamental de ser feito. É que você pode  
753 fornecer, com maior qualidade, com maior confiabilidade, a hidroelétrica também é mais confiável se você mantém os  
754 reservatórios no nível que você tem de manter. Ela tem esse aspecto e inclusive porque nós não podemos admitir mais  
755 alagamentos daquela proporção, não podemos admitir mais, mas o que está feito, está feito. Então, planejar implica eu  
756 destinar o uso adequado para isso. E segundo, aqui no Estado, quando a gente fala em restrição de transmissão, é que  
757 passa energia até um momento, e que não passa mais. E o que está havendo aqui entre o sul e o sudeste? Eu tenho  
758 energia sobrando aqui, e tem energia faltando no sudeste. Entre o sul e sudeste eu tenho o linhão de Furnas. O linhão de  
759 Furnas tem uma parte que é corrente contínua que sai lá de Itaipu e vai parar lá em São Paulo num lugar chamado  
760 Tijuco Preto, corrente contínua, não pára, é deles. Depois tem uma outra parte que também sai de Itaipu, é um linhão,  
761 pára ali em Vaiporã, desce aqui para o sul. E segue um pouquinho e vai num lugar chamado Itaberá, que é Paraná. E vai  
762 para cima e vai para Tijuco Preto. O sistema elétrico não é assim. Eu ponho geração aqui e ela é igual aqui. E às vezes é,  
763 às vezes não é. Às vezes eu tenho perda, e às vezes tenho queda de tensão, e tenho de garantir uma determinada tensão  
764 para a energia passar. Então, hoje, por que eles não podem-nos racionar? Primeiro porque não tem como passar o  
765 excedente. O que passa já para lá enche a linha. E para ter mais energia passando tem de ter mais linha ou tem de ter  
766 melhoria da eficiência desta linha. Então, a restrição de transmissão não é uma invenção, ela existe. E às vezes ela não  
767 existe porque quando as condições hidrológicas lá estão boas. E não tenho de passar essa quantidade e não preciso de

768 prever. No sistema elétrico só se usa quando precisa. E não tenho como passar, é mais complicado ainda. E para me  
769 passar energia de Itaipu para São Paulo preciso de ter a geração do sul alta. E se ela estiver baixa, a linha não passa a  
770 mesma quantidade de energia pela linha. E tem tudo isso, que tem de ser balanceado. Na verdade, você tem restrições  
771 de transmissão entre o sul e o sudeste, e tem restrições de transmissão dentro do sul, e tenho restrição de transmissão  
772 dentro do Estado do Rio Grande do Sul, e não carrego a energia de Uruguiana para Porto Alegre e não consigo. Porque  
773 não tenho linha de transmissão suficiente. E agora, você pode construí-las, e ela leva um tempo. Não é possível botar ali  
774 em Uruguiana, uma usina de 600 KV, sem dimensionar associado à expansão para trazer a energia onde consome. E é  
775 isso que eu falo de um absurdo de um processo de planejamento incompleto, porque ele comete um nível de erro e de  
776 equívoco que acaba-nos comprometendo. Eu, Rio Grande do Sul, eu, sul, estou aqui, temos energia, e esse é um sistema  
777 interligado, e por mais bairrista que eu seja, tenho de conceber que sobrando energia aqui eu tenho de passar para lá, é  
778 essa a regra do jogo. Agora, não podem nos racionar porque não tem justificativa para nos racionar aqui, porque não  
779 tem como passar. E mesmo que construam, e nós rodamos o modelo para ver como fica isso, as linhas, não passa na  
780 quantidade necessária. E tem recessão. Então, muito provavelmente, nós, sul, não porque a gente seja melhor, porque  
781 nós acertamos mais do que eles, nós, sul, não entramos no racionamento, não só agora, como não entramos no final do  
782 ano, muito provavelmente. Agora, isso não significa que eu podia ter aqui hoje no Rio Grande do Sul mais uma linha se  
783 a carga subir de 4.100. Como a carga vai subir de 4.100 inexoravelmente em dezembro, se eu não tiver obra até  
784 dezembro, vai sobrar energia em Itaipu e eu vou ficar no escuro. E é esta a falta de lógica que você tem de equacionar  
785 para o planejamento centralizado. E não tem como no Brasil pensar esse setor regionalmente mais, não existe, é  
786 inviável. E finalmente, os poços artesianos. Eu concordo completamente com o senhor. Acho que os poços artesianos,  
787 como levante hidráulico, as bombas têm que ser eficientizadas. E o que está acontecendo hoje? Como se financia  
788 eficiência energética? É 1% da receita líquida das concessionárias. E você tira 1%, e 0,5% vai para a eficiência  
789 energética e 0,5% para pesquisa e desenvolvimento. E acho que vai ter de haver linha do BNDES, e não pode ser com  
790 TJLP, ou seja, a soma dos juros não pode dar 20% porque ninguém quer o dinheiro. E esse é projeto de maturação que  
791 tem que ser lento e, de alguma forma, você tem de ver qual é o seu, o que eles chamam, os economistas, de *trade off*, ou  
792 seja, o que eu troco por que. E vou preferir ficar investindo ou vou preferir investir mas também aumentar a minha  
793 eficiência? Acho que é melhor, é menos custo para nós, aumentamos a eficiência e investimos, as duas coisas. Mas não  
794 precisamos investir mais do que é necessário, todo um desperdício que a gente sabe que tem, muda luz, faz isso, é esta a  
795 questão. Eu concordo totalmente contigo, e acho que só a campanha não adianta não, tem que ter grana. **Sr. Nilvo Luiz**  
796 **Alves da Silva:** apenas um esclarecimento. Na reunião passada nós discutimos aqui exclusivamente Jacuí I. E algumas  
797 das questões que estão aqui, Edí, são perguntas que a própria FEPAM fez à Gerasul, como nós explicamos na reunião  
798 passada. E a Secretária Dilma já recebeu o original do ofício e vamos passar uma cópia para a equipe técnica da  
799 FEPAM do licenciamento de Jacuí. E também, evidentemente, essas questões que a Secretária Dilma está colocando  
800 aqui têm sido motivo de uma interlocução muito intensa entre a Secretaria de Minas e Energia e a Secretaria de Meio  
801 Ambiente, no sentido de articular, fazer um esforço em todas as dificuldades que nós temos de articular a política  
802 energética com a política ambiental do Estado. Antes de passar a palavra para os próximos Conselheiros, a pedido da  
803 Secretaria de Ciência e Tecnologia, convidá-los para participação do Seminário Regional sobre Mudanças Climáticas –  
804 Os efeitos na sociedade e no setor produtivo. Esse seminário vai ser realizado no dia 04 de maio, sexta-feira, das 8h às  
805 18h, lá no IPH. E é uma promoção do IPG e da Secretaria de Ciência e Tecnologia aqui do Estado. Também um pedido  
806 da Secretaria de Ciência e Tecnologia, um convite para o Seminário Capital Intelectual Mais Gestão do Conhecimento  
807 Igual a Competitividade. É uma promoção da *Open University* da Inglaterra e Unido, e várias outras instituições. Vai-se  
808 realizar em Porto Alegre no dia 27 de abril, no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal. Temos  
809 dois inscritos, ambos da CLEPEI, primeiramente o Conselheiro Fábio e depois então o Cristiano. **Sr. Fábio Silveira**  
810 **Vilella:** o que tenho a questionar e a falar é que muito do que a senhora falou com relação ao incentivo a pequenas  
811 centrais elétricas, a pequenas fontes de produção, isso geral distribuição de renda, cooperativas, e a questão do  
812 planejamento são anseios que eu tinha e dúvidas que eu tinha com relação a posição a Secretaria que foram importantes  
813 serem esclarecidas aqui e que me deixaram mais aliviado com relação ao rumo que está-se tomando, principalmente  
814 com relação a elaboração do Atlas eólico e as fontes de biomassa e acho importante que o Estado invista e avance para  
815 este tipo de produção alternativa. A senhora falou na questão do carvão como um recurso que pode ser estrategicamente  
816 utilizado ou não, e da mesma forma vejo os rios como um recurso que planejado pode ser utilizado porque as centrais  
817 hidroelétricas têm um tempo de vida por assoreamento que é limitado. Então, também acho que entraria nesta questão  
818 do planejamento, entendo que a questão da produção, quase todas privatizadas hoje, de grande quantidade, restando  
819 para o Estado a transmissão, e o que o Estado tem feito de pesquisa para melhoria de tecnologia das redes de  
820 transmissão ou, se possível, melhoria das redes atuais e novas, com relação a operação das hidroelétricas,  
821 principalmente no que diz num sistema como o Uruguai em que vão haver quatro ou cinco grandes barragens. E como  
822 se trabalha a questão da manutenção do volume de água do rio, porque desde que Itá fechou, e ela fechou num período e  
823 de uma forma que eu entendi que foi completamente equivocada, e desde que Itá fechou o Salto do Iucumã está sob a  
824 água, e o nível do rio é mantido sempre muito alto, e a gente teve um ano de muitas chuvas, mas também por razão do  
825 total uso do potencial da usina. E como funciona este controle? O Estado tem algum controle da geração das usinas, do  
826 que vai estar fluindo do rio, e isso vai ser a sorte do rio, e vai acontecer em função do mercado de demanda, elas vão

827 produzir e vão largar volumes de água que vão variar? A senhora mostrou cinco usinas em processo ou em construção,  
828 em processo de licenciamento no Rio Uruguai, mas são mais no Estado. E a gente sabe do Rio das Antas, já foi falado, e  
829 haveria ainda outras grandes. E isso no Rio das Antas também vai acontecer. E a outra questão que mais se diz com a  
830 Secretaria de Meio Ambiente é com relação ao licenciamento. No caso de Itá e Machadinho também, foram licenciadas  
831 pelo IBAMA e em Itá a gente teve um problema seriíssimo, da época do fechamento, da forma como foi fechado o  
832 reservatório, da falta de estrutura de transposição para peixes migratórios. O Rio Uruguai é riquíssimo em espécies, em  
833 potencial econômico, turístico enorme, e agora os peixes estão subindo para fazer migração e chegam na beira do lago,  
834 embaixo do dique, e quando baixa o volume de água passando nas turbinas os peixes estão morrendo pela alta densidade  
835 de falta de oxigênio. Então, está tendo mortandade de dourado no Rio Uruguai. E o Estado de Minas Gerais como lei  
836 adotou a instalação, em todas as usinas, de estruturas de transposição. Obviamente que a gente tem uma limitação  
837 tecnológica, mas também muito por falta de estudo, de experimentação, de incentivo a construção e se encontrar uma  
838 forma adequada de fazer funcionar essas estruturas. Então, Machadinho acho que está sendo feita sem a transposição, e  
839 não sei como estão sendo as outras, mas isso é muito preocupante porque a gente fala muito em biodiversidade, e o Rio  
840 Uruguai, a gente não tem idéia do número de espécies que tem lá, e está-se perdendo, além das espécies, potencial  
841 genético, patrimônio, que é nosso, e a exploração é privada, pelo menos em mercado. O outro caso de Machadinho, o  
842 EIA/RIMA dos dois é péssimo, ele foi aprovado, e a equipe de trabalho, conseguimos ver que em Itá a equipe que  
843 estava fazendo a parte de resgate durante o acompanhamento da obra, ela não tinha a habilitação profissional para  
844 trabalhar, a equipe de biólogos, e nenhum deles tinha habilitação e responsabilidade técnica, e muitos não tinham nem  
845 registro no Conselho Profissional. E o órgão ambiental deixa isso passar vergonhosamente. Em Machadinho nós temos  
846 o relato da morte de um tamanduá-bandeira, que não é registrado no inventário do EIA-RIMA, e o registro mais recente  
847 que a gente tenha de tamanduá-bandeira para o Estado é de 50 anos atrás, e provavelmente uma população única no  
848 Estado e que vai ser alagada a área, a gente não sabe o que fazer com aquilo lá, e são várias questões que do ponto de  
849 vista ambiental do licenciamento tem sido péssimas. As obras que têm saído, principalmente as hidroelétricas, as  
850 termoeletricas, os problemas são os gasodutos, mas as hidroelétricas têm um impacto fenomenal e a gente não tem visto  
851 um rigor, um método junto a um trabalho disso. Então, a outra preocupação que eu gostaria de externar é com relação a  
852 isso mais para a Secretaria de Meio Ambiente, principalmente a questão das transposições e uma forma de que não é  
853 compensação, não é mitigação, talvez mitigue, talvez, não, mas tem que se estudar isso, e tem que se instalar estas  
854 estruturas, avaliar e acompanhar para ver se realmente está funcionando. E outra coisa é se as medidas compensatórias,  
855 mitigatórias propostas são monitoradas por um certo tempo mas elas, avaliadas se funcionam ou não, o que se fazem, se  
856 elas não funcionam, e se chega a avaliar isso. Era o que eu tinha para colocar. **Sr. Cristiano Machado Silveira:** um dos  
857 problemas da lógica do setor privado, então, controlando o setor elétrico, é que o planejamento, levando em  
858 consideração os fatores ambientais, não-só os fatores econômicos, mas os fatores ambientais ficam dificultados ou até  
859 mesmo impossibilitados. E como fazer com que os órgãos ambientais e também na escala de hidroelétricas, os Comitês  
860 de Bacias Hidrográficas possam fazer um planejamento levando em consideração uma escala de bacia hidrográfica,  
861 como, por exemplo, evitar que um rio inteiro seja transformado num rosário de reservatórios de hidroelétricas e como  
862 evitar que todas as usinas hidroelétricas, que se construam, sejam construídas em cota máxima, o que a gente sabe que  
863 elevam os custos ambientais desses empreendimentos. E essa pergunta vai ficar até o seminário de julho, promovido  
864 pelo Ingá, e espero que até lá a gente consiga amadurecer uma forma deste controle social sobre esses projetos numa  
865 escala realmente de regional levando-se em consideração, por exemplo, as bacias hidrográficas, e não só ficar  
866 analisando um por um dos empreendimentos que a gente sabe que a sociedade, os movimentos ambientalistas sempre  
867 são patrolados pela velocidade com que estas coisas acontecem e são levadas até por conta desta demanda, que é  
868 crescente, e é deficitária, e a gente não pode mais se deixar levar por esta pressão e planejar isso numa escala que não  
869 seja só econômica, mas também escala ambiental e social. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** sou do Núcleo Amigos da Terra, e  
870 a minha questão diz respeito também a esse repasse ao setor privado, para a geração de energia do modo que isso  
871 ultrapassa a qualquer planejamento, ou seja, está nas mãos do setor privado investir nas tecnologias, nas alternativas de  
872 energia. Então, queria saber quais são os mecanismos, além do Atlas eólico, quais seriam os incentivos à implementação  
873 de usinas eólicas no Estado, porque o que a gente tem visto até agora é o interesse das grandes empresas em investir no  
874 setor termoeletrico, tanto no carvão quanto no gás. E muitas vezes com espécies de incentivos, como no caso do carvão,  
875 utilizar um carvão aqui, mesmo ele sendo mais caro que em outros lugares, e também essa questão, de como foi  
876 colocado pela própria Secretária, que a Usina de Jacuí foi repassada quase que de graça, e isso é uma espécie de  
877 incentivo à aplicação de um tipo de tecnologia. E o que a gente gostaria de ver nesse planejamento, ou algum  
878 instrumento, mesmo que seja por meio de leis que incentivem o uso das alternativas mais limpas, para que, no futuro, a  
879 gente veja este câmbio das tecnologias dos combustíveis fósseis para as tecnologias limpas. **Sr. Edi Xavier Fonseca:**  
880 fiquei preocupada com a colocação da Secretária que disse que não tinha conhecimento do EIA/RIMA, que não era da  
881 competência da Secretaria da qual ela coordena, e que isso era de competência de um órgão do Estado, que trata desta  
882 questão, que no caso seria a SEMA e a FEPAM. E como a SEMA e a FEPAM nunca se posicionaram em relação a esta  
883 questão das usinas termoeletricas a carvão, gostaria de perguntar se essas Secretarias, Secretário Cláudio Langone e se o  
884 Diretor-Presidente da FEPAM têm posição em relação a esta questão, que já foi tão amplamente discutida no  
885 CONFEMA, e ambos nunca colocaram qual é a sua posição e nem a posição do Governo do Estado do Rio Grande do

886 Sul. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** sou da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento. Queria fazer três rápidas  
887 perguntas: a primeira é mais uma curiosidade mesmo: a questão de Jacuí I, que garantias nós temos, nós, como Governo  
888 do Estado interessados, de certa maneira, em Jacuí I, pela ótica do recurso mineral, carvão, e que garantia nós temos de  
889 que se essa usina vai operar ela efetivamente virá operar com carvão gaúcho. E a segunda questão, fiquei muito  
890 preocupado da maneira como o mercado, digamos assim, dado como a solução, dentro deste modelo neoliberal da  
891 conjuntura aí de informação à sociedade, dessa questão da termoeletrica a gás de Uruguaiana ter-se implantado lá e o  
892 que levou a IES implantar uma usina de 600 MW, sendo que nós só podemos desfrutar de 200 MW, o resto não pode  
893 chegar a Porto Alegre. E pergunto a nossa Secretária, se não é viável a construção de uma linha de transmissão. **Sra.**  
894 **Dilma Vana Rousseff:** nós estamos pedindo. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** já que a segunda parte foi respondida por  
895 que a IES, até como estrutura de empresa, ela optou por colocar uma usina de 600 MW lá em Uruguaiana? E a terceira  
896 colocação que solicitaria vai mais ou menos pela linha da Conselheira Edí, que a gente vê muito, pelo menos no  
897 discurso, a preocupação por novos empreendimentos geradores de energia, vide Jacuí I, e é colocado Jacuí I como uma  
898 necessidade para nós porque temos carência de energia. Mas, por outro lado, quando se anuncia o racionamento de  
899 energia, o Governo Federal anuncia pelo menos como uma possibilidade bem concreta de racionamento, a gente ouve  
900 falar pela imprensa, que o Governo vai incentivar a programas, dentro daquela linha de 1% que as concessionárias têm  
901 que colocar, substituição de lâmpadas por outras com melhores rendimentos. E eu pergunto a nossa Secretária se o  
902 Governo Federal, o Governo gaúcho, enfim, não estamos trabalhando com linhas de financiamentos, ou linhas de  
903 créditos mas com programas. Por exemplo: viabilizar a geração de energia solar, difundir mais a energia solar como  
904 programa alternativo aí, e acho que há muitas pessoas, indústrias e prefeituras mesmo que talvez gostariam de utilizar a  
905 energia solar no Brasil, no Rio Grande do Sul e as pessoas não têm nada concreto, não há uma política que incentiva  
906 este tipo de uso. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** sou do Comitês de Bacias Hidrográficas. E foi apresentado um gráfico  
907 onde mostra a geração de energia em percentuais aqui no Rio Grande do Sul atualmente para cada tipo de geração:  
908 carvão, hidroelétricas, basicamente totalizam o que se produz hoje, essas duas fontes, e alguma coisinha de biomassa e  
909 PCH, e se projetou isso para um futuro, que não me lembro agora se é 2007, 2010, acho que por aí, onde então, lá, no  
910 futuro, se prevê uma importação considerável da Argentina e a questão da entrada do gás também. E me chamou a  
911 atenção que a biomassa, PCH, uso eólico continuam num percentual bastante pequeno. Bom, isso é uma expectativa em  
912 função da realidade hoje. E aí coloco objetivo um pouco da reunião, quando foi pensado, discutido aqui no CONSEMA,  
913 discutir a questão da matriz energética, e a senhora fez só a apresentação da política energética do Estado de energia  
914 elétrica. E a proposta que eu faço é realmente iniciarmos uma discussão da matriz energética do Estado. E concordo  
915 com a senhora quando diz que se tem que pensar em três anos, seis anos, e o ideal é mais, é dez anos, e quanto mais,  
916 melhor, a gente pensar a longo prazo, e o objetivo, e isso é importante para o setor elétrico, e muito importante também  
917 para o setor ambiental, tanto quanto ou mais, e pensar a longo prazo, e que uma coisa é a situação atual, que são os  
918 problemas que estamos vivenciando hoje, que a senhora colocou, que vão acontecer problemas logo em seguida, já  
919 estão acontecendo, e isso é uma questão. A outra questão, o outro foco é pensar o futuro, porque senão a gente vai estar  
920 sempre correndo atrás, apagando incêndios. E pensar a matriz energética para o futuro, para daqui a seis, dez anos, e aí  
921 fazer uma discussão mesmo, em nível de sociedade, de pactuar qual é a linha, quais são as fontes de energia que a gente  
922 quer aqui para o Rio Grande do Sul. Por exemplo: o gás veio, o gasoduto veio para nós e não sei se foi a decisão mais  
923 acertada ou não, mas isso não teve uma discussão, e veio ainda que acredito no governo anterior, antes de 99, foi tomada  
924 a decisão, de vir o gasoduto, e foi uma decisão de cima para baixo, em nível federal, e não sei até que ponto o Estado  
925 também participou deste processo de discussão ou não participou na época, e então, acho importante se criar esta  
926 discussão e pode ser levada tanto pela Secretaria de Minas e Energia quanto a Secretaria de Meio Ambiente, criar uma  
927 discussão a longo prazo, para se ver qual é a matriz energética mesmo necessária, ideal para o nosso Estado, e aí junto,  
928 com esse pacto, com a sociedade, somar esforços para se buscar isso, e no futuro a gente alcance essa matriz mais  
929 interessante. Por exemplo: se as expectativas se concretizar, daqui a dez anos, biomassa, PCH, fontes alternativas vão  
930 continuar em percentual muito pequeno. E quem sabe se daqui a dez anos não pode ser um percentual um pouco maior e  
931 assim crescer quem sabe para 20 anos mais ainda. E essa discussão se deve realizar e saber a disponibilidade da  
932 Secretaria de Energia de participar e promover um debate neste nível. **Sra. Dilma Vana Rousseff:** vou começar a  
933 responder pelo fim. São dois gráficos ali: um é do Brasil e outro é do Rio Grande do Sul. No Brasil não tem biomassa,  
934 nem aparece. Ou seja, nós estamos cavando biomassa, a eólica, e antes ninguém fazia solar, não tinha instalado um kit  
935 foto voltaico aqui no Estado e oferecia e não era do interesse. E acho que a matriz do Estado tem que se diversificada. E  
936 eu sou a favor do gás, e acho que o gás é estratégico para este Estado. Acho que ele tem impacto ambiental, solar  
937 também tem, menos, e eólica tem, e não sei se sabem, eólica é proibida, por exemplo, em Portugal. Em Portugal há  
938 restrição para eólica, pelo impacto, pelos passarinhos, pela paisagem, enfim, e o que nós temos de ver é que temos que  
939 fazer uma discussão sim sobre matriz energética. E esta discussão não pode ser voluntarista também. E tenho de sacar  
940 que vivo num contexto de privatização feita meia-boca. E eu tenho uma posição contra esta privatização que não tem  
941 como voltar atrás e não temos nem dinheiro para comprar as empresas. Então, o que foi feito já foi feito. Agora, há uma  
942 coisa: não pode privatizar o setor elétrico que resta, geração, pois resta muita coisa, e resta o coração do sistema:  
943 Furnas, Chesf, Eletronorte e várias empresas, como a Copel, que interessa para nós. E o que nós temos com isso? Ela é  
944 do Paraná? Interessa, pois nós compramos energia dela. E interessa para nós a integralidade destas empresas, que elas



945 sejam mantidas. E agora vou dizer por que eu acho: acho que dificilmente um sistema hidroelétrico pode ser manejável  
946 pela ótica privada. E não é porque a ótica privada seja intrinsecamente má, e seria uma versão que daria errada. E  
947 porque implica necessariamente numa visão integrada. E um de vocês falou que tem que olhar o problema do manejo do  
948 rio, tanto no ponto de vista da biodiversidade, e não posso deixar as águas para uso energético e comprometer os outros  
949 destinos dela. Então, essa questão, no Brasil ganha um grande realce, e a discussão é a seguinte: é possível gerir do ponto  
950 de vista privado, do ponto de vista de mercado, o despacho interligado de usinas hídricas? É possível eu falar que a  
951 lógica de despacho privado é o que dá mais lucro. Ou, comprei por esse preço e tenho de ter retorno. Ora, a lógica de  
952 despacho do setor elétrico hídrico não é essa. É o que é que é mais eficiente fisicamente falando. E às vezes, como tenho  
953 uma bacia interligada, o fato de eu ter uma usina aqui, uma usina ali, tenho um nível de regularização do rio e isso está  
954 feito. E que eu tenho de respeitar. Então, esta questão está na pauta e diz respeito ao meio ambiente, a questão do  
955 modelo institucional que vai assumir o setor elétrico. Eu defendo que ele seja sobre controle público. E não quero voltar  
956 atrás ao modelo anterior, não. E acho que nós vamos ter de abrir o processo de discussão pois vamos ter de descobrir  
957 como empresas distribuidoras privadas que existem vão conviver com estas empresas. E outra coisa que vocês colocam,  
958 que a gente vai ter de discutir e encarar é o seguinte: é possível em novos empreendimentos hídricos, a presença da  
959 iniciativa privada controlando tudo? E se é, como é que o órgão regulador vai disciplinar o uso da água? Porque nós  
960 temos uma situação absolutamente atípica aqui no sul. A Gerasul é a única empresa privada substantiva na área de  
961 geração fora o que tem lá na Cesp, fora São Paulo, fora a privatização da Cesp e da CPFL, é a Gerasul. Então, a questão  
962 de saber como é que vai ser essa interface, ela é fundamental. Acho que o modelo mostrou suas limitações. Ele não  
963 provê duas coisas: ele ao provê expansão suficiente e ele não provê tarifa barata, e ele provê um problema de conflito  
964 na hora de discutir a geração de termoelectricidade. Agora, acho que em usinas térmicas o setor privado pode participar,  
965 sim. Em biomassa, quem está fazendo biomassa aqui no Estado é uma empresa portuguesa privada junto com uma  
966 empresa brasileira privada. A eólica pode ser feita pelo setor privado, sim, mas desde que aí, ela tenha incentivos.  
967 Agora, eu queria dizer que também está em questão, em discussão o problema do financiamento. Por que não fazemos  
968 as coisas? Para eu conseguir financiamento das redes de gás levamos dois anos e meio do BNDES até liberar o recurso.  
969 Então, acho que esta discussão, uma discussão da parceria entre o setor público e o setor privado, na geração, é uma  
970 discussão que vai ter que entrar nos novos empreendimentos, e não estou mais discutindo a privatização do que existe, e  
971 vai ter que entrar o setor público que faz o quê, o privado faz o quê, e quem regula tem de ter regulação de água, é  
972 impossível. E este é um bem que não se esgota nesse uso energético, e nem aquele modelo anterior que a Eletrobrás  
973 usava a hídrica e não dava a menor confiança também para ninguém, nós queremos. E não queremos aquele  
974 planejamento centralizado autoritário, que já teve vigência no Brasil. E acho que queremos o controle público deste  
975 recurso. E por isso que acho que combinam alguns tripés, e não há privatização da hidroeletricidade. E segundo, tem  
976 participação do setor privado, e vai ser importante que eles participem. E possível ter uma ação coordenada desde que  
977 você tenha uma regulação adequada. E por último, queria dizer neste caso, é o seguinte: acho que o gás, aqui no Rio  
978 Grande do Sul, é estratégico no seguinte momento: ele não é a panacéia prevista para todos os males, ele não é. Ele não  
979 substitui outras iniciativas. Agora, sei como a gente concebe a discussão da matriz. Mas acho que até chegar na matriz é  
980 um processo de discussão mais amplo do que técnico, pois você tem de prever qual é o nível de crescimento de demanda  
981 no Brasil? E isso é um fator que nem energeticamente e nem ambientalmente eu controlo. E nem vocês controlam e nem  
982 nós, lá na Secretaria. Essa questão do crescimento da economia do Rio Grande do Sul e do País temos de acertar uma  
983 taxa de crescimento, e tenho de conceber qual é a taxa de crescimento da demanda. E nós vamos ter de discutir qual é a  
984 maneira mais eficiente de prover esses recursos para o Estado. E dado o cenário nacional e dado o modelo institucional  
985 vigente. Então, tenho de conceber várias coisas: o que é uma matriz energética? Não é a participação do gás, da  
986 biomassa, da eólica e da solar, mais a hídrica e o carvão. É também qual é o modelo institucional vigente. Como é que a  
987 geração passada que temos vai-se comportar. E acho que tem de ter em termo de diretriz: 1 - uma presença maior da  
988 biomassa no Brasil, em geral, porque esses recursos todos nós sabemos que temos, com essa quantidade de terras que  
989 temos, e com essa quantidade de recursos que nós temos; 2 - Acho que a eólica é energia complementar por razões  
990 características dela, insuperáveis, que não é uma questão de definição política minha que vai resolver. A eólica é uma  
991 energia que não é firme. E ela tem de ser firmada com outra. E eu tenho de ver que ela será sempre secundária na minha  
992 matriz, e ela não é energia principal. Então, se tenho a biomassa podendo crescer, e tenho de ter gás e tenho de ter  
993 hídrica. Eu tenho de fazer esta combinação. E a partir de um determinado momento eu tenho de passar para a minha  
994 disponibilidade de recursos. E quando eu não tiver disponibilidade de recursos, alguns eu tenho de perceber que me  
995 interessam estrategicamente trazer, e o gás interessa para esse Estado trazer. E o gás também significa trazê-lo, e quando  
996 falei que a térmica é âncora, é porque eu queria concluir dizendo que uma das coisas mais poluentes é a gasolina, a  
997 queima, o motor de combustão. E eu tenho uma chance de diminuir esta poluição fazendo conversão e botando gás  
998 natural veicular. E para eu ter um volume determinado de gás natural veicular, eu não faço gasoduto em cima de gás  
999 natural veicular não, pois nós estamos sobre a ação de fatores institucionais de financiamento, de acesso de recurso e de  
1000 interesse de investidor. Você vai ter de viabilizar umas quantas térmicas para você ter o gás aqui dentro, senão você não  
1001 tem gás aqui dentro. E entre não ter gás aqui dentro, e ter algum gás, temos de preferir ter gás. O gás do ponto de vista  
1002 dos combustíveis fósseis, ele é o menos poluente. E não posso voltar as costas para o carvão pois temos 86% das  
1003 reservas. E tenho de saber qual é a combinação viável do carvão e onde, de onde e como, pois também não adianta. E

1004 por isso que te digo, não é que a gente morre de amor pelo Brasil,mas não é só por isso que eu quero carvão importado,  
1005 e não é por uma razão puramente ideológica, e tem uma razão técnica, pois se vou aceitar um combustível poluente e  
1006 vou gastar um pouco mais com a tecnologia limpa, vou assumir este ônus para a minha riqueza. E não porque eu tenha  
1007 uma opção preferencial pelo carvão. Não tenho nenhuma. E vou olhá-lo com imparcialidade, e o carvão a gente assume  
1008 porque ele está aqui.Agora, também não precisa de usar só carvão, igual fizeram na década de 70, que é um absurdo,  
1009 uma sandice o que fizeram, ao apostar na chamada Itaipu de Candiota, que era para serem oito, nove ou dez usinas. Uma  
1010 política terá de ter esse critério de olhar também as características dos combustíveis. E nós precisamos saber que eu  
1011 tenho uma limitação, até porque a grande concorrente, a grande fonte ambientalmente correta que temos disponível é a  
1012 biomassa. Essa nós vamos ter de apostar nela. A térmica temos de fazer muita geração distribuída, e entre uma grande  
1013 térmica e uma PCH nós vamos ver se não é preferível uma PCH, depende. Ou uma série de PCHs. Enfim, acho que a  
1014 questão vai implicar numa interconexão nossa, e vocês vão ter que fazer estudo de bacia, pois eu tenho uma Secretaria  
1015 com 60 pessoas, e EIA/RIMA podem lamentar, mas não trato disso, e a minha função legal não é ambiente, e eu preciso  
1016 do respaldo e por que tenho que fazer interface obrigatoriamente com a FEPAM e com a Secretaria de Meio Ambiente  
1017 porque a orientação ambiental vem do órgão competente. E essa interface que tentamos construir é justamente como se  
1018 articula? Agora, não posso temer alguns combustíveis e nem algumas fontes. E quero deixar claro aqui que sou a favor  
1019 do gás e não sei se isso ficou claro, mas sou radicalmente a favor do ponto de vista de algumas outros usos que o gás  
1020 possa ter. E eu vou fazer co-geração com quê? E como faço gás natural veicular sem gás? Não tem como. Então, a  
1021 entrada do gás aqui, e estou falando isso pois perguntaram como o gás chegou e acho que pode ter um equívoco, e seria  
1022 muito fácil pegar e falar que aquele troço de Uruguaiiana está errado e digo que tem uma parte que pode ter erro mas tem  
1023 acerto também ali, e não foi feito por mim, foi feito pelo outro governo, e acho que tem alguma coisa ali muito acertada.  
1024 E tem uma coisa errada, que é o fato de não ter a linha, que tem de ser prevista. E durante muito tempo neste País muita  
1025 coisa não foi prevista porque o setor público, que tinha isto, que tinha os bens, estava proibido de investir e não tinha  
1026 financiamento. Então, o governo anterior foi lá e colocou Uruguaiiana ali porque era o único jeito de viabilizar o gás  
1027 argentino, e isso foi uma disputa feroz, e ali está Uruguaiiana. E talvez não precisasse ser 600 MW e pudesse ser 350  
1028 MW, mas agora, é melhor que tenha sido 600 MW porque a gente faz a linha e deu, distribui aquilo, e é uma riqueza  
1029 que houve no Estado. Então, acho que foi mais um acerto do que um erro, Uruguaiiana, muito mais acerto. E  
1030 concluindo, já me perdi, vocês me desculpem, acho que na questão das bacias, é impreterível que a gente tenha também  
1031 dois níveis de tratamento: um, que é o curto prazo. E vou ter de dar algumas respostas ao curto prazo para a sociedade,  
1032 pois também nem nós, nem vocês, existiam acima da sociedade, então, vamos dar uma resposta para o resto da  
1033 sociedade toda que quer ser abastecida. E nós, ao mesmo tempo, temos de dizer que como é que nós concebemos, para  
1034 onde isso vai, o que é que nós queremos? E eu acho que a diretriz é essa, do que a gente acrescenta que não tem, tem de  
1035 apostar um pouco em térmica de biomassa, num País desse tamanho. Se aqui nós vamos esgotar um resíduo de madeira  
1036 e casca de arroz, posteriormente vamos ter de descobrir outra. Ou fazer até destinação específica para a biomassa.  
1037 Agora, tirante biomassa, térmica a gás e carvão, hidroelétrica, não há dúvida, solar é caríssima, ainda, para uso em larga  
1038 escala. E é só olhar o VN, e o que está refletido no VN é o KW instalado. E a eólica já é mais barata que a solar. A  
1039 eólica, em termos de investimento, é competitiva. O problema da eólica é ela não ser firme, e estou falando em grandes  
1040 proporções, estou falando para 100 MW. E tenho de pensar, e a solar é perfeita com 30 KW. Mas não abasteço este  
1041 Estado com 30 KW, você abastece populações localizadas, então tem de combinar as duas coisas, tem de ter noção de  
1042 que tem algumas coisas que são maiores, ou seja, se tenho um parque eólico, posso ter um parque eólico barato se  
1043 combinar com outra fonte, que pode ser hídrica, que existe. E pode ser térmica que existe, eu desligo a carvão e é lá na  
1044 fronteira, e tacho eólica. Então, nós vamos ter de estudar isso, e confesso para vocês, que teve uma parte da nossa vida lá  
1045 na Secretaria que nós apagamos um incêndio dos apagões. E nós começamos a fazer planejamento no ano passado. No  
1046 primeiro ano nós corremos atrás da máquina do projeto emergencial. Agora, estamos fazendo planejamento. E tudo isso  
1047 que estou externando aqui necessariamente tem que ser fruto de uma interlocução com vocês. E não só com vocês, mas  
1048 com o pessoal do Desenvolvimento também. E temos de abastecer o crescimento do Estado. Com relação a garantia de  
1049 carvão de Jacuí, a única que existe é um ofício escrito e o depoimento na Assembléia Legislativa. E não se esqueça que  
1050 o modelo é privado, e a decisão de investimento é, no caso de termoelétrica, ela é só autorizada, não é nem licitação de  
1051 concessão, e não há legislação que obrigue eles a fazer isso. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** obrigado, Secretária Dilma.  
1052 Antes de encerrarmos, duas questões que foram colocadas a FEPAM e um comentário sobre a manifestação do  
1053 Cristiano, sobre a questão das bacias hidrográficas. Há plena concordância da FEPAM sobre a necessidade de  
1054 interromper o licenciamento de hidroelétricas olhando pontualmente sem olhar para o contexto da bacia. E no caso do  
1055 Taquari-Antas foi uma situação que nós conseguimos prever, fazer um trabalho de planejamento, estudo da bacia como  
1056 um todo, e cancelar todos os licenciamentos individuais e trabalhar o licenciamento no conjunto das hidroelétricas que  
1057 estão propostas, e este é um trabalho que está sendo feito hoje, inclusive falava com o Brack antes, nós vamos tentar  
1058 apresentar isso no seminário em julho. Então, discordamos das formas como as barragens vêm sendo licenciadas no Rio  
1059 Uruguai. A questão de Itá foi motivo já de discussão numa reunião do Ministério Público Estadual e Federal, onde nós  
1060 destacamos que ficamos sabendo do fechamento das comportas de Itá pela imprensa, e o IBAMA não comunicou aos  
1061 órgãos estaduais. **Sr. Presidente:** inclusive, nós recomendamos que não fechasse no inverno. **Sr. Nilvo Luiz Alves da**  
1062 **Silva:** exatamente, também quanto ao tempo de fechamento das comportas. E essa é uma situação que já está mudada

1063 dentro da FEPAM e isso tem reflexo inclusive na própria organização interna da Fundação. E estamos fazendo um  
1064 trabalho que já dura oito meses, e eliminamos as divisões na área de planejamento da FEPAM, entre ar, solo e água, e  
1065 nós temos hoje três equipes por região hidrográfica. E estamos fazendo um esforço que está refletindo na própria  
1066 organização interna da Fundação de olhar as questões de um ângulo diferente, por um ângulo mais regionalizado. E  
1067 quanto a questão dos comitês, a única termoeletrica licenciada pela FEPAM nos últimos dois anos e meio quase já que é  
1068 a Termosul, em Montenegro, passou por uma ampla discussão com o Comitê de Bacia, além da audiência pública. E boa  
1069 parte das condições que estão estabelecidas na licença foram condições apresentadas pelo Comitê de Bacia. Então, esta  
1070 interlocução já vem acontecendo e ela vai ser ampliada, já que no final do ano passado o Departamento de Recursos  
1071 Hídricos e a responsabilidade de coordenar o sistema de recursos hídricos, que passou definitivamente à SEMA, e,  
1072 portanto, num trabalho que vai ser feito conjuntamente entre SEMA e o DRH este ano, vai ser a desenvolver os planos  
1073 de bacia, que vão garantir uma abordagem mais regionalizada da análise dos empreendimentos privados e públicos no  
1074 Estado, como as hidroelétricas e as termoeletricas que são grandes consumidoras de água na tecnologia que está sendo  
1075 proposta hoje nas termoeletricas no Estado. Quanto a questão da Jacuí I, nós acreditamos que a Direção da FEPAM e da  
1076 SEMA é muito clara. E achamos que obviamente é preocupante a proposta de uma instalação de uma termoeletrica a  
1077 carvão dentro da região metropolitana, e isso não é uma novidade, e isso é um caso que está sendo discutido há muito  
1078 tempo. A nossa posição inclusive já está demonstrada na prática. Nós quando procurados pela Gerasul com relação ao  
1079 licenciamento de Jacuí I, mesmo havendo um termo de ajustamento firmado com o Ministério Público e FEPAM, nós  
1080 dissemos o seguinte: nós vamos reiniciar este licenciamento e nós queremos o EIA/RIMA, nós vamos realizar  
1081 audiências públicas, e nós vamos exigir estudos técnicos. E a nossa posição é muito clara: é evitar os erros do passado,  
1082 fazer uma análise técnica criteriosa e abrir as oportunidades para o debate público e democrático. E nós já fizemos duas  
1083 audiências públicas em relação a Jacuí I, diversas exigências técnicas, e já discutimos essa questão no CONSEMA. E nos  
1084 parece que seria inadequado a Direção manifestar opinião pessoal por cima da equipe técnica que vem trabalhando, que  
1085 ainda não tem um parecer conclusivo. Então, a nossa posição é de respeito ao trabalho da equipe técnica, e nós vamos  
1086 dialogar quando houver o trabalho concluído e vamos manifestar esta posição com toda a tranquilidade. Na hora de  
1087 tomar a decisão, certamente o parecer da equipe técnica e as manifestações das audiências e dos debates vão ser levados  
1088 em consideração e nós vamos tomar a decisão como autoridade competente para fazê-lo. Esta é a nossa posição em  
1089 relação a Jacuí I. **Sr. Presidente:** quero só agregar algumas questões que me parecem importantes neste debate. A  
1090 primeira delas é a seguinte: é preciso compreender as mudanças no setor. E para perceber o que fazer só a discussão  
1091 relativa ao impacto ambiental, no âmbito do Governo do Estado, é insuficiente para abordar a complexidade da situação  
1092 atual. E primeiro, temos hoje uma falta de controle público maior, de um planejamento, já foi apresentado aqui, e a  
1093 necessidade de uma relação com a ANEEL. Os órgãos ambientais federal e estaduais, precisam enxergar o cenário do  
1094 setor para se preparem para responder melhor do ponto de vista da questão que está sobre a sua competência, que é o  
1095 licenciamento, independentemente de uma opinião de mérito, que outras instâncias possam ter em relação a decisão  
1096 geral sobre implantar ou não empreendimentos, os nossos instrumentos para viabilizar ou negar a instalação de  
1097 empreendimentos são os instrumentos previstos na legislação ambiental. E essa é uma questão que é importante estar  
1098 clara. E nós feito um movimento forte sobre a ANEEL, para mudar os procedimentos da ANEEL e uma tentativa de um  
1099 trabalho que deve resultar num projeto piloto, em conjunto com a ANEEL aqui no Estado, que é de estabelecer um  
1100 diálogo maior para vislumbrar o cenário do setor e estabelecer um processo de capacitação técnica e padronização de  
1101 critérios ambientais para o licenciamento do setor, em nível do País, porque hoje o padrão relação IBAMA/ANEEL é  
1102 muito ruim e cada órgão ambiental estadual tem um conjunto de critérios diferentes para o licenciamento na área  
1103 energética. E isso é um problema para os órgãos ambientais e é um problema para os empreendedores e para a própria  
1104 ANEEL pois tudo se desenha para que se crie um funil e um impasse nesse sentido. Então, é importante discutir um  
1105 modelo de gestão do setor energético no País e principalmente este novo modelo com a liberalização, que é o das  
1106 agências reguladoras, modelo sobre o qual temos várias críticas, mas temos feito interlocução com a ANEEL. Em  
1107 segundo, nós temos já introduzido vários instrumentos de aperfeiçoamento do processo de licenciamento, tanto numa  
1108 integração maior de Governo, que nunca existiu antes, quanto também na articulação de instrumentos de gestão que  
1109 possam dar maior eficácia para a ação governamental no que diz respeito ao licenciamento ambiental. Então, falamos  
1110 claramente do seguinte: temos um novo cenário no País, em que já está estruturada uma Agência Nacional de Águas,  
1111 que vai ter um poder muito grande sobre todas estas questões, e mais de 90% do efetivo da Agência Nacional de Águas  
1112 vem do setor elétrico, em particular, daquele órgão que historicamente sempre teve o maior acúmulo em relação a  
1113 gestão quantitativa da água no País, que é o antigo DNAE. Na montagem original da ANA temos poucas pessoas da  
1114 área ambiental tentando fazer esse diálogo efetivo. E aqui nós vamos tentar resolver melhor estes instrumentos, uma vez  
1115 que a gestão qualitativa e quantitativa da água, agora, a partir de março, está definitivamente dentro da SEMA, entre o  
1116 DRH e a FEPAM. E, por último, nós temos feito um esforço grande, e é importante que vocês também dialoguem sobre  
1117 isso, sobre as questões que dizem respeito as competências federais. E particularmente, pelo desenho anunciado aqui, o  
1118 grosso das questões de conflitos maiores em relação a hidroelétricas está localizado na bacia do Uruguai. E o  
1119 licenciamento dos empreendimentos em bacias transfronteiriças é do IBAMA. E há uma dificuldade real de integração  
1120 entre o IBAMA e os órgãos estaduais no licenciamento de empreendimentos desse tipo. Itá, por exemplo, vocês podem  
1121 consultar, os nossos pareceres estão todos disponíveis, e quando é cumprido efetivamente aquele dispositivo da 237 que

1122 diz: “O órgão federal deverá licenciar, ouvidos os órgãos estaduais”, em geral, grande parte das recomendações que  
1123 temos feito não têm sido incorporadas na licença final. E em Itá, por exemplo, podemos disponibilizar para o Conselho,  
1124 um parecer muito enérgico da FEPAM que diz o seguinte: “O início do represamento da formação do lago não poderá  
1125 ser feito no verão, tem que ser feito no inferno”. E esse parecer não foi acatado, e não sabemos por que motivo, mas  
1126 isso criou um problema razoável porque isso foi em dezembro de 99, e nós tivemos um verão muito seco. E  
1127 particularmente a Bacia do Uruguai foi castigada com uma seca muito forte, e teve influência e relação entre a questão  
1128 do prazo do início do enchimento de Itá e esta questão. Então, é preciso que nós venhamos a criar formas mais efetivas,  
1129 e isso compreende um posicionamento do Conselho, ação do Governo, e ação das organizações aqui presentes, para que  
1130 os licenciamentos e os empreendimentos que são conduzidos pelo órgão federal tenham um processo maior de  
1131 articulação com as estratégias estaduais. E este é de fato um problema, e hoje o grosso das questões levantadas aqui diz  
1132 respeito ao licenciamento do IBAMA que parece estar passando por um processo de reorganização interna em função da  
1133 nova gestão, agora implementada a partir da posse do Dr. Casara. De qualquer forma, nós teremos evoluções desse  
1134 processo de interlocução onde nós pretendemos avançar, e isso tem sido levado por nós a ABEMA – Associação  
1135 Brasileira de Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, no sentido de que nós venhamos a criar um processo articulado, e  
1136 a ABEMA foi formalmente a ANEEL propor um processo de integração mais efetivo, e isso já resultou num primeiro  
1137 seminário de trabalho em Brasília, que reuniu, num primeiro momento, órgãos de meio ambiente, IBAMA e OEMAS e  
1138 mais a ANEEL, e num segundo momento, fez um primeiro seminário de articulação entre órgãos estaduais e federal de  
1139 meio ambiente, ANEEL e empreendedores, porque hoje de fato temos empreendedores que estão em vários Estados, e é  
1140 um problema para os empreendedores que cada Estado tenha um conjunto de critérios muito diferenciados entre si, que  
1141 cria uma série de incertezas e há um problema estrutural nos órgãos de meio ambiente, falta de pessoal e de estrutura  
1142 capaz de processar esse novo ritmo de demanda do licenciamento ambiental onde todo o cronograma colocado aqui, e  
1143 inclusive em situações emergenciais, fica dependente do setor ambiental. E isso é uma discussão importante que são  
1144 algumas informações que nós gostaríamos de levantar, e algumas questões importantes que extrapolam o âmbito do  
1145 SISEPRA mas que devem também ser objeto de preocupação das instituições aqui presentes. **Sra. Dilma Vana**  
1146 **Rousseff:** eu queria-me despedir do pessoal. Foi um prazer ter falado para vocês, e vocês me desculpem que não fique  
1147 até o fim, mas eu tenho uma reunião agora às 17h30min. Muito obrigada por tudo. (Palmas.) **Sr. Presidente:** Nós  
1148 encerramos este ponto e solicitamos verificação de *quorum*. (Há *quorum*). **03 – Apresentação dos trabalhos da**  
1149 **Comissão Eleitoral referente a eleição da Presidência do CONSEMA.** O nosso próximo ponto diz respeito a  
1150 definição das regras propostas para a eleição da Presidência do CONSEMA que foram elaboradas por uma Comissão  
1151 Eleitoral constituída pelo próprio Conselho, que teve o seu funcionamento encerrado no último dia 05, mas que precisa  
1152 também ter a reinstalação da Comissão Eleitoral legalmente para que ela possa conduzir o processo que ela deliberar  
1153 aqui. E vamos passar, de imediato, a apresentação da proposição da Comissão Eleitoral, e depois vamos a discussão do  
1154 assunto. Nós vamos fazer a leitura da proposição trazida pela Comissão Eleitoral: “A Comissão Eleitoral do  
1155 CONSEMA, criada pela Resolução nº 012, de 05 de janeiro de 2001, para definir critérios à eleição da Presidência do  
1156 CONSEMA, com a competência de definir a data da reunião extraordinária em que será realizada a eleição, a forma de  
1157 votação, o prazo, a forma para a realização das inscrições dos candidatos à Presidência, bem como realizar a apuração  
1158 dos votos, propõe: **a)** as inscrições para a eleição da Presidência do CONSEMA estarão abertas de 02 à 23 de maio do  
1159 corrente ano, junto à Secretaria Executiva do CONSEMA; **b)** a eleição para a Presidência do CONSEMA realizar-se-á  
1160 na data de 24 de maio de 2001, em reunião extraordinária do CONSEMA; **c)** a escolha do Presidente do CONSEMA  
1161 dar-se-á por maioria simples dos votos, com *quorum* de dois terços dos conselheiros, conforme dispõe o art. 11,  
1162 parágrafo 3º do Regimento Interno do CONSEMA; **d)** a votação para a Presidência do CONSEMA dar-se-á de forma  
1163 secreta”. Agregado a isso nós teríamos um último item que prorroga por 60 (sessenta) dias o funcionamento da  
1164 Comissão Eleitoral para permitir que ela execute a tarefa de condução do processo eleitoral. A matéria está em  
1165 discussão. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** faço uma proposta de que no item d - a votação para a Presidência do  
1166 CONSEMA se dê de forma aberta. **Sr. Presidente:** Ok. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** um esclarecimento para a  
1167 Comissão Eleitoral. Por que foi pensado na forma de votação secreta, ela é prevista no Regimento? **Sr. Gustavo de**  
1168 **Moraes Trindade:** não. A composição da Comissão Eleitoral era eu, representando a SEMA, o Jackson Müller  
1169 representando a FAMURS, e o Alexandre Bugin, representando o Comitê de Bacias. Quase todo o regimento da  
1170 eleição para a Presidência é dada pelo Regimento Interno do Conselho. Poucas coisas eram necessárias de  
1171 regulamentação. E basicamente a data da eleição, o prazo da inscrição, como dar-se-ia a forma de votação. E se pensou  
1172 numa votação secreta, e essa foi uma discussão entre os membros desta Comissão Eleitoral, para evitar algum tipo de  
1173 possibilidade de constrangimento numa votação contrária aquele Presidente que venceria a eleição, e se optou por uma  
1174 votação secreta, até para evitar que aquela entidade votou contra a minha eleição na Presidência, e poderia inclusive  
1175 prejudicar, alguma coisa assim e esse foi o objetivo da escolha da votação secreta. Mas a questão da votação secreta ou  
1176 não, não está tratada no Regimento Interno do Conselho e o Plenário tem competência por um outro tipo de votação. **Sr.**  
1177 **Presidente:** mais alguma observação modificativa da proposição? Temos uma única observação referente a forma de  
1178 eleição, se será aberta ou secreta. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** a questão da reunião extraordinária é questão  
1179 regimental que está prevista que a eleição dar-se-á numa reunião extraordinária do CONSEMA. **Sr. Presidente:** temos  
1180 uma única questão aparentemente divergente que é sobre a forma da eleição da Presidência: se será aberta ou será

1181 secreta. Alguma manifestação a respeito disso? É necessária a defesa? Podemos passar para a apreciação? Ok. Vamos  
1182 proceder uma deliberação em forma de votação. **Proposta 1** – os Conselheiros que se manifestam pela proposição de  
1183 eleição de forma secreta; **Proposta 2** – os Conselheiros que se manifestam pela eleição aberta. Os Conselheiros que  
1184 votam na proposta 1, de eleição secreta, manifestem-se levantando o braço: **11 Conselheiros**. Os Conselheiros que  
1185 votam pela forma aberta de eleição: **4 Conselheiros**. Abstenções: **Nenhuma**. O restante do texto estamos considerando  
1186 que ele é consensual, a Comissão Eleitoral se reinstala com 60 (sessenta) dias de prazo, trabalhamos com uma certa  
1187 folga aqui, mas já fica marcado a reunião extraordinárias para a eleição da Presidência do Conselho. Queria, antes de  
1188 encerrar a reunião, registrar que a FAMURS reiterou aqui a necessidade de que nós façamos a apreciação da proposição  
1189 de dilatação do prazo para os Municípios apresentarem o Plano Ambiental, em função de que esse prazo se esgotou, e  
1190 também de que nós façamos a apreciação dos processos de habilitação dos Municípios que já preencheram os requisitos  
1191 previstos na Resolução 04. Para isso é fundamental que a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada se reúna. Na  
1192 primeira reunião de instalação da Câmara teve *quorum* e na segunda reunião não houve *quorum*. Então, por proposição  
1193 da FAMURS vamos convocar a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada para o próximo período, os membros da  
1194 Câmara vão receber a convocatória em função de que temos vários processos já para serem analisados e fica, além da  
1195 reunião ordinária do Conselho que marcada no calendário, que é no dia 17 de maio, fica também convocada a reunião  
1196 extraordinária para a eleição da Presidência. Obrigado pela presença de todos. Está encerrada a reunião. Encerra-se a  
1197 reunião às 18h15min.